



**PROJETO: PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS VINCULADOS AO
CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

TERMO DE PARCERIA Nº 817052/2015

Meta 02 - Etapa 01 - Atualização do Diagnóstico sobre os processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise de informações em segurança pública das Polícias Cíveis, Militares e Secretarias de Segurança Pública/Defesa Social Estaduais e do Distrito Federal.

12 de julho de 2016

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



FICHA INSTITUCIONAL

Conselho de Administração

Humberto de Azevedo Viana Filho
(Presidente)

Elizabeth Leeds – (Presidente de Honra)

Renato Sérgio de Lima (Vice Presidente)

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Haydée Glória Cruz Caruso

Jacqueline de Oliveira Muniz

Luciene Magalhães de Albuquerque

Marcos Aurelio Veloso e Silva

Marlene Ines Spaniol

Luis Flavio Saporì

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Silvia Ramos de Souza

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos

Sérgio Roberto de Abreu

Equipe Executiva

Vice Presidente/Relações Institucionais
Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva
Samira Bueno

Coordenação Institucional

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Coordenação de Projetos

Olaya Hanashiro

Equipe Técnica

Cauê Martins
David Marques
Marina Santos
Roberta Astolfi
Stefanie Prandi

Equipe Administrativa

Amanda Gouvêa
Débora Lopes
Karina Nascimento
Sueli Bueno

FICHA TÉCNICA DO TERMO DE PARCERIA Nº 817052/2015

Supervisão Geral

Renato Sérgio de Lima

Coordenação do Projeto

Túlio Kahn

Coordenação Técnica

Olaya Hanashiro

Pesquisadoras

Roberta Astolfi

Samira Bueno

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Marina dos Santos (Estagiária)

Stefanie Prandi (Estagiária)

Assistência Financeira e Administrativa

Débora Lopes

Auxílio Administrativo

Karina Nascimento

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BO – Boletim de ocorrências
CEP – Código de endereçamento postal
Compstat- Computer Statistics
COPOM - Centro de operações da Polícia Militar
DO – Declarações de óbito
EAD – Educação à distância
CAP - Coordenadoria de Análise e Planejamento
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
ISP – Instituto de Segurança Pública
PC – Polícia Civil
PM – Polícia Militar
Prodesp – Companhia de processamento de dados do Estado de São Paulo
RDO - Registro Digital de Ocorrências
Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINESPJC - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça Criminal
Sinesp - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública
TI – Tecnologia da Informação
UF – Unidades da federação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Este setor é o ÚNICO desta instituição que trabalha com a produção da informação?	12
Gráfico 2 As atribuições e competências deste setor estão descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional?	14
Gráfico 3 Este setor possui um organograma próprio que especifique e descreva níveis de coordenação e atribuições?	14
Gráfico 4 Quantidade de profissionais na função de Analista Criminal – Polícias Militares e Secretarias Estaduais.....	16
Gráfico 5 Há algum incentivo institucional para realização de cursos com o objetivo de aperfeiçoar, qualificar e/ou especializar a equipe do setor?	17
Gráfico 6 Em caso afirmativo, nos últimos 12 meses, quais cursos foram oferecidos pela sua instituição?	18
Gráfico 7 Há iniciativa dos funcionários em custear cursos de qualificação por conta própria?	19
Gráfico 8 Em caso afirmativo, nos últimos 12 meses, quais cursos foram realizados pelos membros da equipe, com recursos próprios?.....	20
Gráfico 9 Há alguma remuneração adicional prevista para trabalhar neste setor?	21
Gráfico 10 Marque as opções abaixo que se aplicam a este setor:	22
Gráfico 11 O setor possui alguma base cartográfica georreferenciada?	23
Gráfico 12 Quais são as atividades desenvolvidas por este setor:.....	25
Gráfico 13 Produção de relatórios no setor	27
Gráfico 14 Outras atividades do setor.....	28
Gráfico 15 Indique as maiores dificuldades na produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados.....	29
Gráfico 16 Sua instituição possui um formulário ou boletim de registro estruturado para ocorrências e/ou eventos?	31
Gráfico 17 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria AUTOR?.....	32
Gráfico 18 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria VÍTIMA?	33
Gráfico 19 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria FATO?.....	33
Gráfico 20 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria TESTEMUNHA?	34
Gráfico 21 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria LOCAL DO FATO?	35
Gráfico 22 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria DATA?	35
Gráfico 23 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria HORA?.....	35
Gráfico 24 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria OBJETOS ARROLADOS?.....	36
Gráfico 25 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos há informações disponíveis sobre MEIO EMPREGADO ?.....	37
Gráfico 26 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos há informações disponíveis sobre MEIO EMPREGADO E MODUS OPERANDI?	38

Gráfico 27 Sobre o registro das ocorrências e/ou eventos desta instituição, informe sua forma de preenchimento (marcar quantas forem aplicáveis):.....	39
Gráfico 28 Sobre o registro digitados, informe os sistemas/dispositivos utilizados (marque quantas forem aplicáveis):.....	39
Gráfico 29 A base de dados de ocorrência/eventos possui variáveis (informações como endereço e/ou coordenada ou CEP) que permitam a localização individualizada da ocorrência?	40
Gráfico 30 Qual a variável que você utiliza em sua base de dados para localizar espacialmente uma ocorrência (informações acerca do endereço ou outras informações acerca do local)?	40
Gráfico 31 Esse estado produz estatísticas periódicas de homicídio (para planejamento interno, divulgação pública, etc.)? Se o estado produzir dados de homicídio apenas para a informação do SINESPJC, responder não e o questionário irá pular para a próxima sessão.	41
Gráfico 32 Estatísticas de classificação temporária, como morte suspeita, encontro de cadáver, etc. são corrigidas quando investigação posterior conclui que natureza correta é homicídio doloso?	42
Gráfico 33 Existe acompanhamento hospitalar das vítimas de lesão corporal dolosa grave, por tempo determinado, para verificar o eventual óbito ?	43
Gráfico 34 Existem procedimentos de checagem para evitar ou impossibilitar a dupla contagem de casos?	44
Gráfico 35 Como são contabilizados os homicídios cometidos por crianças e adolescentes?	45
Gráfico 36 A unidade de análise para o caso de homicídio é:	46
Gráfico 37 Quais destes eventos são contabilizados dentro das estatísticas de homicídio doloso?.....	47
Gráfico 38 Este setor é o responsável por alimentar os dados estatísticos do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça criminal (SINESP/MJ)?	49
Gráfico 39 Preenchimento dos módulos de ocorrências Polícia Civil e Polícia Militar, por organização: ..	50
Gráfico 40 Em relação aos registros de ocorrências de Latrocínio, a ocorrência de roubo é registrada separadamente da ocorrência de óbito da vítima?	51
Gráfico 41 Como são classificadas as ocorrências letais (de civis) em ações policiais.....	52
Gráfico 42 Existe um parâmetro que orienta a criação do número de registro da ocorrência?	53
Gráfico 43 Existem processos de integração de dados em operação na instituição com os demais órgãos do sistema de segurança pública?	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Instituições que responderam à pesquisa em cada uma das UFs.....	10
Tabela 2 Instituições que responderam ao questionário.....	11
Tabela 3 A qual unidade administrativa da sua Instituição o seu setor está diretamente subordinado....	12
Tabela 4 Quantidade de profissionais, por funções.....	15
Tabela 5 Quantidade de profissionais, por funções.....	15
Tabela 6 Eventos contabilizados como homicídio, por órgão respondente	48

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	8
2. Sobre a coleta, tratamento e análise dos dados.....	9
3. Perfil do setor que produz informações estatísticas de segurança pública.....	10
3.1 Estrutura Organizacional do Setor	11
3.2. Recursos Humanos	15
3.3 Infraestrutura	21
3.4. Atividades.....	24
3.5 Fluxo de Registro dos Dados	30
3.6 SINESP.....	49
3.7 Integração com os demais órgãos do sistema de segurança pública	52
4. Conclusão	54

1. APRESENTAÇÃO

Em 2010, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – Senasp/MJ - realizou, por meio de uma parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, o diagnóstico gestão e disseminação de dados na Segurança Pública. Desde então, muitos esforços foram feitos para aprimorar os sistemas estaduais de estatísticas e análise das polícias civil e militar e das secretarias de segurança pública ou defesa social. Este relatório é o resultado de um novo levantamento, que se insere no projeto: Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário, referente ao termo de parceria N° 817052/2015 estabelecido entre o Ministério da Justiça e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

Trata-se da Meta 02, etapa 01: Atualização do Diagnóstico sobre os processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise de informações em segurança pública das Polícias Cíveis, Militares e Secretarias de Segurança Pública/Defesa Social Estaduais e do Distrito Federal. O objetivo é mapear os processos e procedimentos utilizados na coleta de dados e informações, sistemas estaduais de registro e tratamento de dados e informações, metodologias de tratamento, análise e divulgação de dados e informações, fluxos de registro de dados e informações, integração entre os sistemas das instituições, estruturas organizacionais dos setores de produção de dados e informações, atividades desenvolvidas por estes setores, recursos humanos e perfil dos profissionais envolvidos.

A expectativa é que, a partir de diagnósticos precisos e da compreensão profunda dos pontos fortes e fracos, dos desafios e oportunidades dos sistemas de produção da informação em cada unidade da federação, a Senasp possa avançar na gestão do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, permitindo comparabilidades cada vez mais precisas entre as UFs e avanços na política nacional de produção de dados em segurança pública.

2. SOBRE A COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O primeiro diagnóstico realizado em 2010 foi desenvolvido por meio de questionário aplicado de forma presencial por pesquisadores e outras ferramentas qualitativas como, por exemplo, visita de gestores a instituições em outros estados. Este segundo diagnóstico, com escopo mais reduzido, foi realizado através de questionário eletrônico de auto preenchimento.

O questionário da primeira pesquisa foi atualizado utilizando-se os seguintes critérios:

- a) Foram retiradas dos questionários perguntas que se referiam à existência de equipamentos obsoletos (ex.: videocassete).
- b) Utilizando-se a base das respostas do primeiro questionário, foram identificadas as perguntas com menos de 50% de preenchimento. Em relação a essas perguntas, uma avaliação foi feita para adotar as seguintes medidas possíveis:
 - i) Eliminação no caso da pergunta parecer pouco relevante;
 - ii) Reformulação em caso de ambiguidade ou falta de clareza.

Além disso, foi realizado um esforço para tornar o questionário mais enxuto, dado que o método de coleta por auto preenchimento *online* tende a ter adesão menor e maior taxa de dispersão.

O questionário foi então programado na plataforma digital *online Fluidsurveys*. Dado que o questionário já havia sido pré-testado e aplicado, a nova versão foi pré-testada apenas internamente para identificar possíveis incoerências, ambiguidades, etc.

Foram enviados convites para os Secretários de Segurança Pública, Delegados Gerais e Comandantes das polícias militares¹ das 27 UFs. Na última semana de maio de 2016, iniciaram-se os contatos telefônicos para as instituições que não haviam preenchido o questionário e esse processo durou até 24 de junho. No dia 28 de junho foi finalizada a etapa de coleta de respostas com o saldo de 41 respondentes, conforme o quadro a seguir. Não obtivemos nenhuma resposta para os estados do Amapá e Bahia. A Polícia Militar do Estado de São Paulo optou por responder o questionário *offline* e enviou as respostas ao Secretário Nacional de Segurança Pública em caráter confidencial, de modo que não foi possível utilizá-las.

¹ No dia 02 de maio de 2016 foi enviado o Ofício-Circular no 04/2016/GAB SENASP/SENASP-MJ, apresentando a pesquisa e no dia 05 foi enviado um comunicado por *e-mail* por parte do FBSP com instruções e *link* para preenchimento. No dia 27 de maio uma nova mensagem foi enviada para os *e-mails* que acusaram erro no sistema de envios.

Tabela 1 Instituições que responderam à pesquisa em cada uma das UFs.

	Secretarias	PC	PM	Total por UF
Acre	x		x	2
Alagoas	x			1
Amazonas	x		x	2
Ceará	x			1
Distrito Federal	x	x	x	3
Espírito Santo	x			1
Goiás	x	x	x	3
Maranhão	x			1
Mato Grosso	x			1
Mato Grosso do Sul	x	x	x	3
Minas Gerais		x		1
Pará	x	x		2
Paraíba			x	1
Paraná	x	x	x	3
Pernambuco		x		1
Piauí	x		x	2
Rio de Janeiro			x	1
Rio Grande do Norte			x	1
Rio Grande do Sul		x		1
Rondônia	x		x	2
Roraima	x		x	2
Santa Catarina	x	x		2
São Paulo	x	x		2
Sergipe		x		1
Tocantins			x	1
Total Geral	17	11	13	41

3. PERFIL DO SETOR QUE PRODUZ INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESTADOS

A maior parte das respostas obtidas foi junto às secretarias de segurança pública e/ou defesa social. Em relação aos estados do Maranhão e Piauí, fomos informados que o órgão de produção da informação estatística na polícia civil é o mesmo da Secretaria de Estado de Segurança Pública, assim, suas respostas foram contadas nessa última categoria o que aumenta artificialmente a diferença entre o número de respondentes entre uma e outra instituição.

De fato, as Secretarias têm tido um papel importante na centralização das informações produzidas pelos diferentes órgãos - Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, Instituto Médico Legal, etc. e podem estar mais preparadas para responder pesquisas desse tipo.

Se fossem contadas duas vezes os setores que se dividem entre PC e Secretarias, teríamos obtido o mesmo número de respostas das duas polícias. Por um lado, a polícia civil, pela atribuição de polícia judiciária que registra os crimes, é um produtor natural de estatísticas. Por outro lado, a função ostensiva e preventiva da polícia militar exige que ela tenha levantamento de informações para determinar onde o policiamento deve ser alocado de maneira mais eficiente.

Tabela 2 Instituições que responderam ao questionário

Secretarias Estaduais	Polícia Civil	Polícia Militar
17	11	13

É comum que cada órgão do sistema de segurança pública tenha seu próprio setor de produção de informação/estatística, ainda que pequeno. As Secretarias normalmente não produzem nenhum dado, mas centralizam e sistematizam o que é coletado, eventualmente agregando informações de outras instituições, como Disque Denúncia, órgãos de estatísticas estaduais, pesquisas de vitimização, etc.

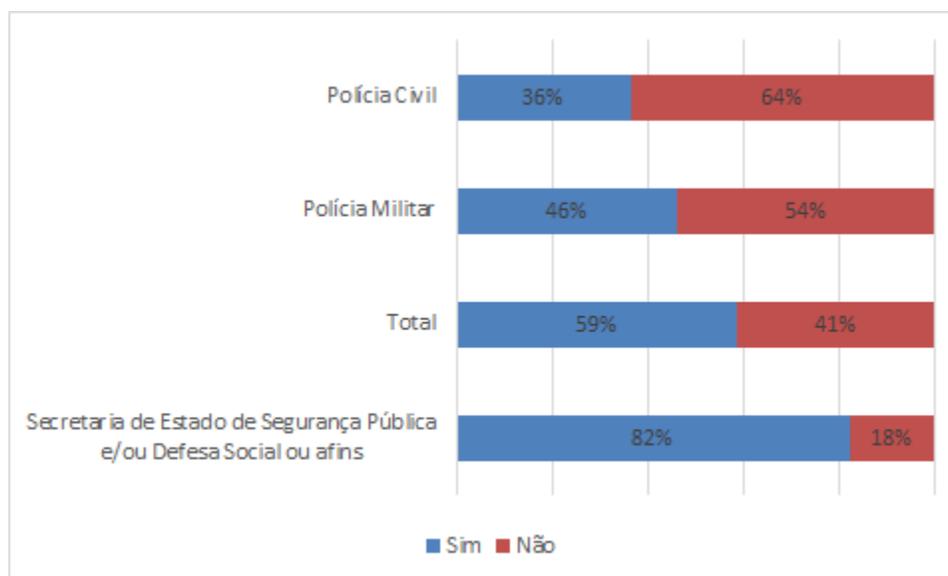
A produção de informações pelas polícias atende seus próprios critérios e necessidades operacionais e institucionais, de modo que cada um deles têm suas próprias definições e fontes de coleta. O setor de informação da Polícia Civil trabalha com os Boletins de Ocorrência (BO) ou similar e suas categorias de classificação são aquelas dos códigos legais; a PM, em geral, utiliza as chamadas às centrais de operação (ex. COPOM - 190) e suas definições operacionais; enquanto a Polícia Científica utiliza as Declarações de Óbito (DO) e as definições específicas do sistema de saúde. As Secretarias estaduais que trabalham com essas fontes têm por sua vez suas próprias necessidades operacionais, políticas e metodológicas, de modo que precisam modificar as bases, criando novas categorias que agregam ou desagregam variáveis originais².

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SETOR

Há uma diferença grande entre a proporção encontrada entre as instituições policiais e as Secretarias no que diz respeito à pergunta “Este setor é o ÚNICO desta instituição que trabalha com a produção da informação?”. A maior parte das Secretarias tem apenas um setor de produção da informação, com 82% de respostas “sim”. O mais provável é que estas respostas estejam captando o fato de que as instituições policiais produzem informações para fins operacionais de diversas formas - inteligência criminal, por exemplo. As bases de dados transacionais das polícias têm um potencial muito grande para fornecer informações valiosas para políticas públicas e, se já existem para consumo interno, é importante que sejam planejadas políticas e mecanismos de disponibilização para a sociedade de forma mais ampla.

² Para uma análise aprofundada para o caso dos homicídios, ver o relatório da meta 03, etapa 03 deste termo de parceria.

Gráfico 1 Este setor é o ÚNICO desta instituição que trabalha com a produção da informação?



Uma evidência da relevância do setor de produção das informações dentro da instituição é a ligação direta que eles têm com os Gabinetes superiores dos órgãos aos que estão vinculados. Na PM, 100% dos respondentes indicaram que o setor está diretamente ligado ao gabinete do Comandante Geral da instituição. Nas Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social, bem como na polícia civil, este patamar não chega a 100%, mas é igualmente elevado.

Tabela 3 A qual unidade administrativa da sua Instituição o seu setor está diretamente subordinado

	Secretaria de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afins	Polícia Civil	Polícia Militar	Total
Gabinete do Governador	0%	0%	0%	0
Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afim	100%	0%	0%	12
Gabinete do Secretario de Estado de Justiça	0%	0%	0%	0

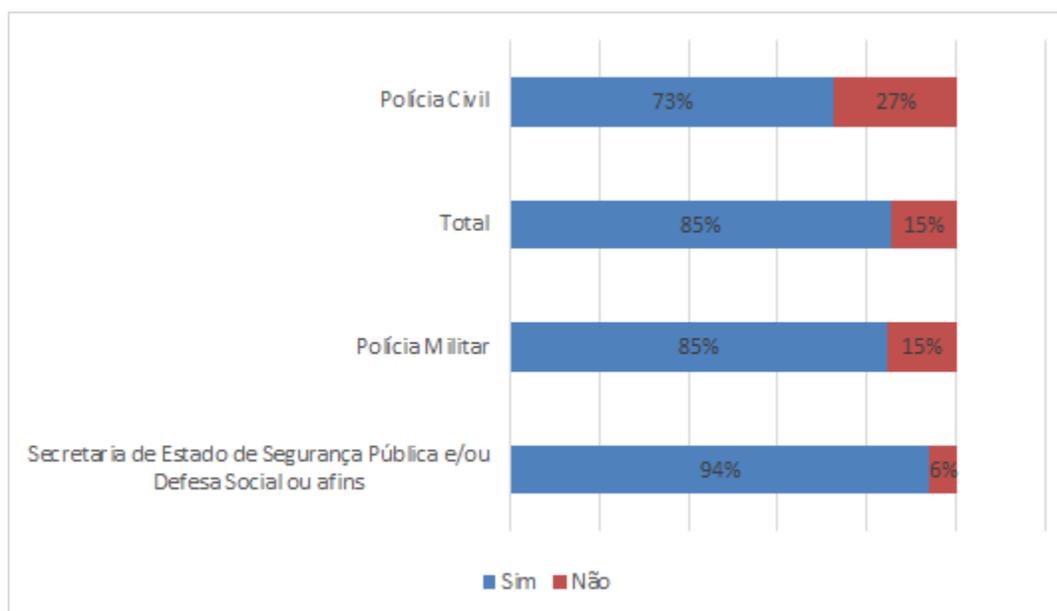
Sub-Secretaria de Planejamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afim	0%	0%	0%	0
Gabinete do Diretor da Polícia Civil/Delegado Geral ou afim	0%	100%	0%	8
Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar / Estado Maior / Comandante da Brigada Militar ou afim	0%	0%	100%	13
Gabinete do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar	0%	0%	0%	0
Outros (especificar):	63%	38%	0%	8

Para as respostas “outros”, foram fornecidas as seguintes informações adicionais no campo de preenchimento livre:

- Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica;
- Gabinete da Secretaria Adjunta de Inteligência;
- Gerência de Planejamento Operacional da Superintendência de Polícia Judiciária;
- Secretário Adjunto de Inteligência e análise criminal;
- Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;
- Superintendência de Inteligência; e
- Órgão Integrado.

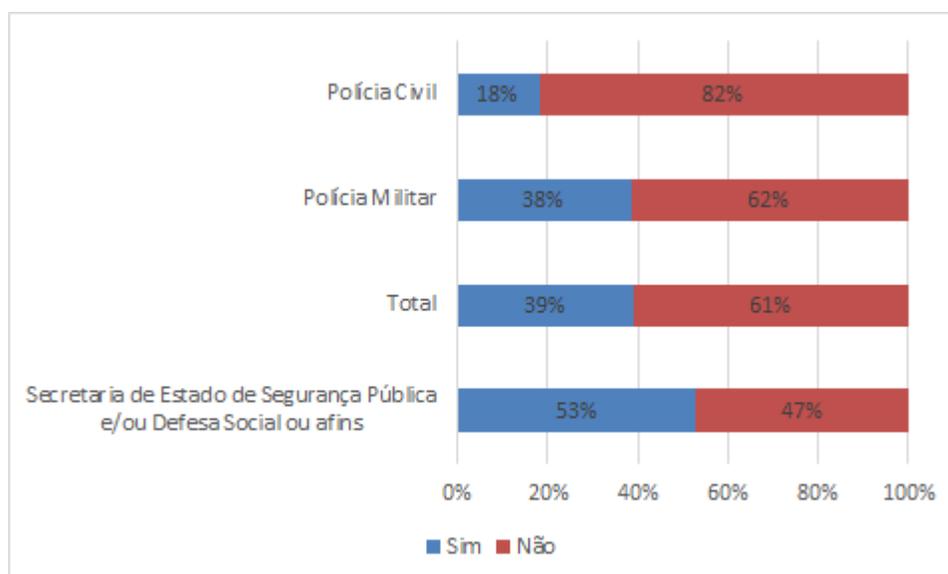
Em seguida foi perguntado se as atribuições e competências do setor estavam descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional. Felizmente, os setores parecem estar razoavelmente institucionalizados: em 85,4% dos casos as atribuições e competências do setor estão descritas em algum documento oficial. Isto garante alguma estabilidade na atuação do órgão, que não pode ser simplesmente desmontado a critério do gestor do dia. Desagregando-se a análise por instituições é possível ver os órgãos de estatísticas das Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social têm uma frequência maior em termos de institucionalização normativa. Ressalta-se que em alguns casos, existem leis originadas nas assembleias estaduais, especificando quais estatísticas devem ser tornadas públicas, com que periodicidade e nível de agregação, etc. A existência destas obrigações legais, por sua vez, obriga as secretarias a institucionalizar de alguma forma o setor de produção de informações.

Gráfico 2 As atribuições e competências deste setor estão descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional?



Ainda que a existência do setor esteja institucionalizada, parece não existir uma definição muito detalhada sobre como devem ser constituídos. Com relação aos recursos humanos, observe-se no gráfico que 61% dos respondentes afirmaram não existir um organograma próprio do setor. Essa indefinição de atribuições pode acarretar sobreposição e sobrecarga de funções e ineficiência técnica.

Gráfico 3 Este setor possui um organograma próprio que especifique e descreva níveis de coordenação e atribuições?



3.2. RECURSOS HUMANOS

Perguntou-se ao respondente de cada instituição qual a quantidade existente e a quantidade ideal de profissionais em uma lista de seis funções. Analisando-se a porcentagem da quantidade de profissionais existentes em relação à quantidade considerada ideal, há um déficit para todas as funções listadas. Note-se a demanda por profissionais de tecnologia da informação (analista de sistemas, programador, etc.), o que é um indicador de que o setor de produção de informações está frequentemente associado ao setor de informática, que administra os sistemas de onde são extraídas as informações.

Tabela 4 Quantidade de profissionais, por funções

Instituições	Estatístico/matemático			Analista de sistemas, Programador, Analista de suporte, Técnico de suporte			Sociólogo		
	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal
Secretaria de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afins	13	30	43%	11	28	39%	8	18	44%
Polícia Civil	10	17	59%	1	9	11%	2	7	29%
Polícia Militar	10	24	42%	6	23	26%	1	6	17%
Todas as instituições	33	71	46%	18	60	30%	11	31	35%

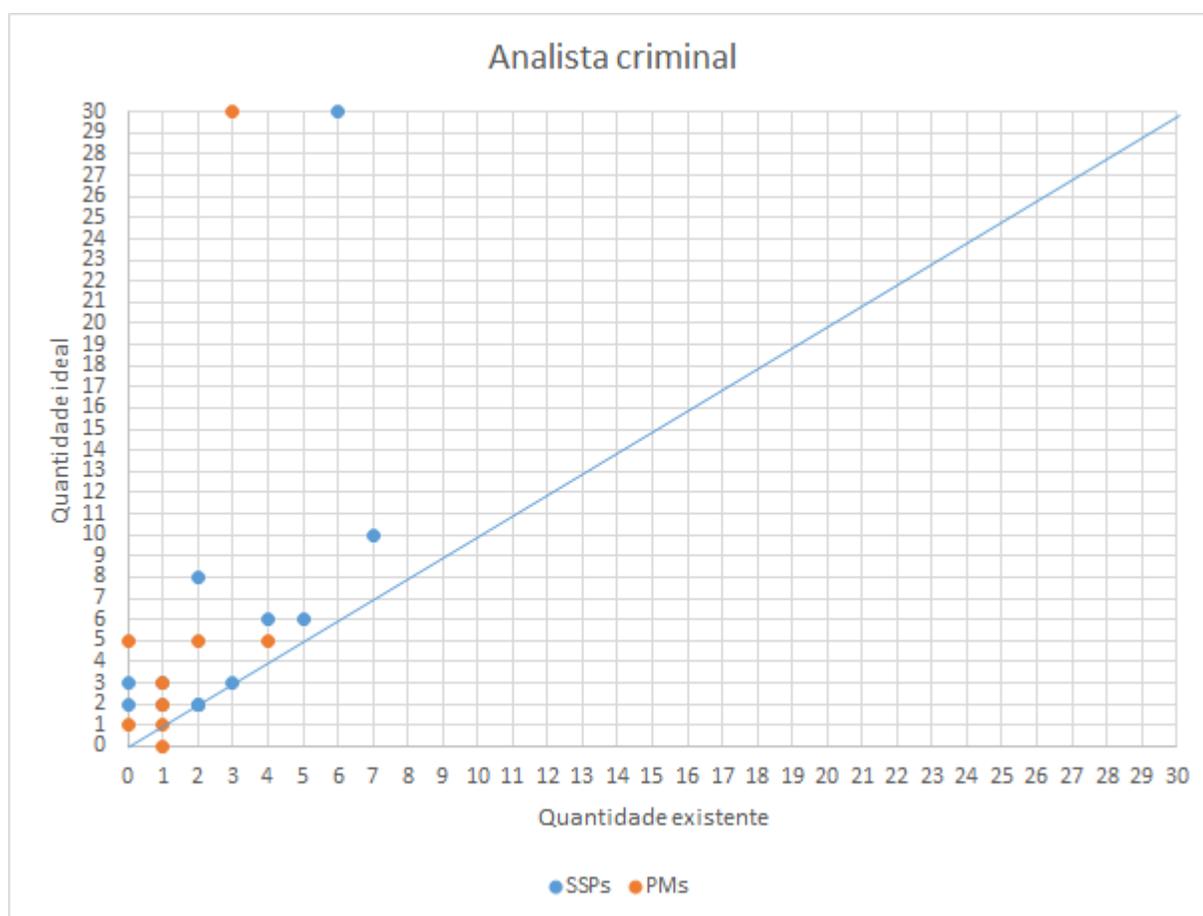
Chama a atenção o caso da função “analista criminal”: enquanto as Secretarias consideram ter 87% da demanda atendida e, portanto, um déficit de apenas 13%, o efetivo da PM atende apenas 29% da demanda. Cada uma dessas duas instituições têm motivações diferentes, mas igualmente importantes para demandar esse tipo de profissional. Para a polícia militar, a análise criminal é uma ferramenta básica para alocar recursos no policiamento ostensivo. Já para as Secretarias, o perfil da criminalidade nos territórios é a ferramenta básica da política pública em termos gerais.

Tabela 5 Quantidade de profissionais, por funções

Instituições	Geógrafo			Especialista/técnico em geoprocessamento			Analista criminal		
	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal
Secretaria de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afins	7	12	58%	14	27	52%	69	79	87%
Polícia Civil	0	6	0%	3	11	27%	18	32	56%
Polícia Militar	4	10	40%	10	22	45%	15	52	29%
Todas as instituições	11	28	39%	27	60	45%	102	163	63%

Para tentar compreender a situação das polícias militares em relação à função de analista criminal, foi elaborado um gráfico de dispersão. No eixo vertical está a quantidade ideal de policiais e no eixo horizontal, a quantidade existente, cada ponto no gráfico representa uma resposta ao questionário. Nota-se que os pontos referentes à polícia militar concentram-se mais próximo do zero em termos de quantidade de profissionais existentes, o que aponta que, de fato, têm menos profissionais nessa função do que as Secretarias. Dado que Polícias Militares e Secretarias respondem pela mesma área da política pública na mesma esfera da administração pública (estadual), seria importante discutir o quanto essas duas instituições poderiam usar seus recursos de forma compartilhada e otimizada. Essa é uma decisão técnica, mas, sobretudo política.

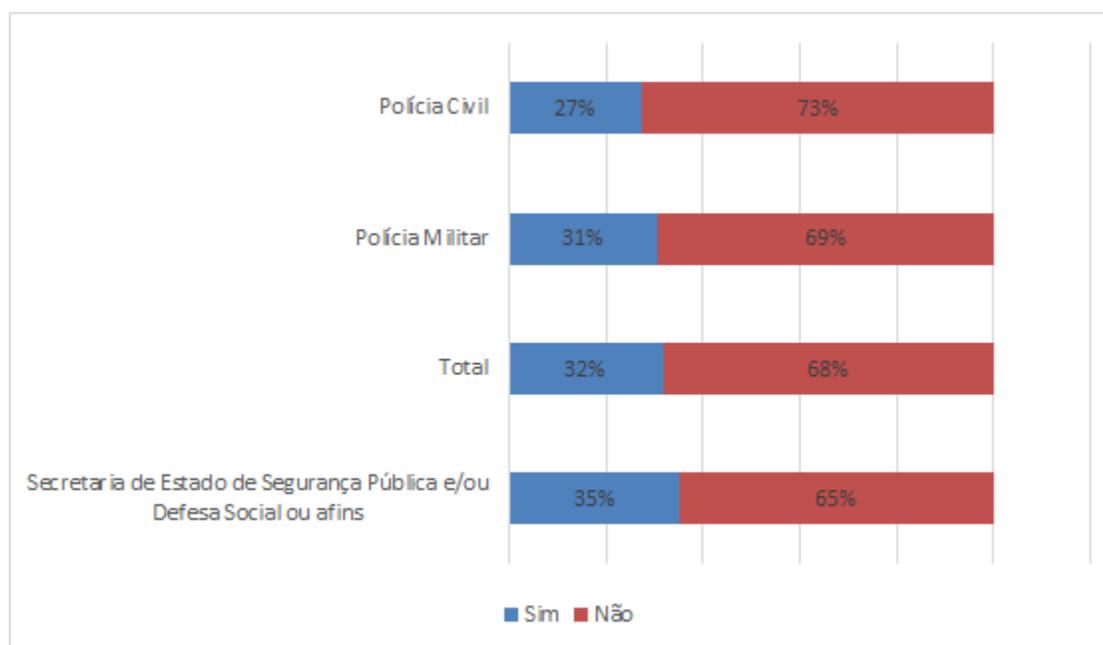
Gráfico 4 Quantidade de profissionais na função de Analista Criminal – Polícias Militares e Secretarias Estaduais



Ainda em relação aos profissionais demandados pelas instituições, na opção “outros” foram apontadas os seguintes profissionais: cientista político, pedagogo, bacharel em direito, administrador e economista. Dado o déficit de profissionais em funções especializadas, frequentemente exige-se dos funcionários do setor conhecimentos de estatística, geografia, sociologia, criminologia, banco de dados, programação,

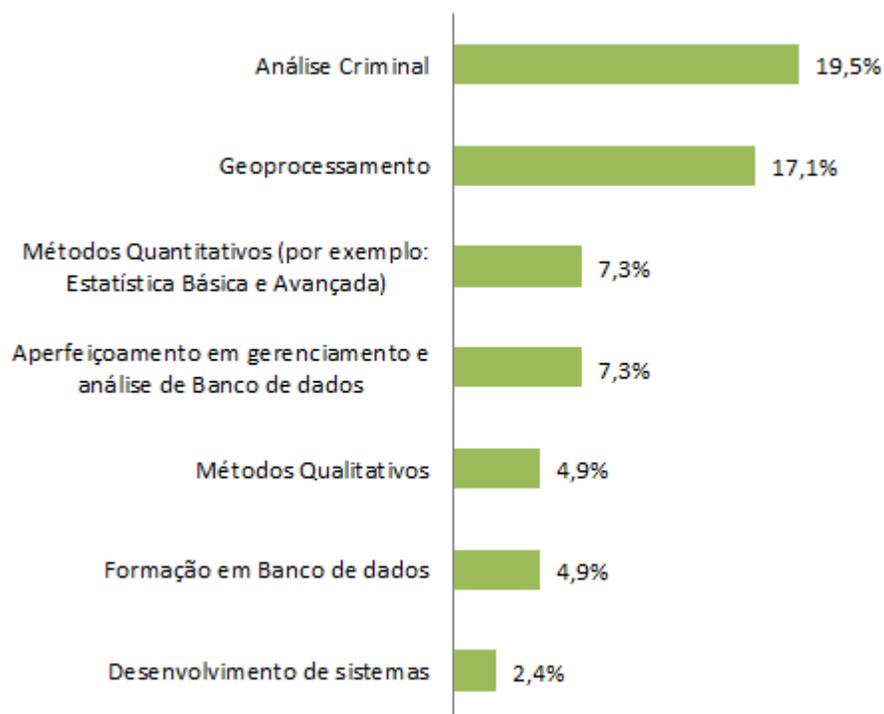
etc. Isto quer dizer que os funcionários do setor precisam frequentemente ser formados ou atualizados para desenvolver novas habilidades, conhecer novos *softwares*, novas técnicas de análise, etc. Mesmo profissionais especializados têm necessidade de novos conhecimentos e não é raro que o setor de produção de informações tenha vínculos com as academias policiais ou com as universidades locais. Chama a atenção, portanto, que apenas um terço dos entrevistados indique a existência de incentivos institucionais para a realização de cursos de aperfeiçoamento, dado que variou muito pouco entre as instituições consultadas. Esta é uma área em que a Senasp pode contribuir, estimulando e financiando a participação em cursos de aperfeiçoamento para o setor, nos moldes do que era feito pela rede Educação a Distância (EAD) com as bolsas para a formação de policiais. Diversos cursos proporcionados pela EAD versavam sobre temas relacionados à produção e análise de informações.

Gráfico 5 Há algum incentivo institucional para realização de cursos com o objetivo de aperfeiçoar, qualificar e/ou especializar a equipe do setor?



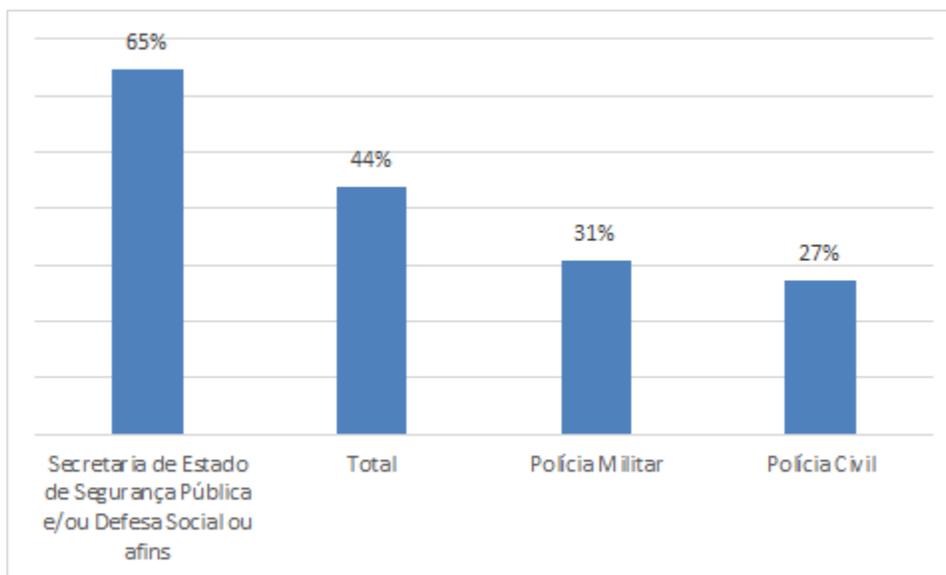
Nos casos em que algum curso foi oferecido pela instituição, os cursos mais frequentes foram os de “Análise Criminal” e “Geoprocessamento”, seguidos de “Métodos Quantitativos” e “Gerenciamento e Análise de Bancos de Dados”. A lista abaixo serve de orientação para a Senasp sobre os temas que são demandados pelas Secretarias Estaduais. Em todo o Brasil, são apenas algumas centenas de profissionais que se dedicam à produção de informações criminais, de modo que a tarefa de treinamento, mesmo presencial, é bastante factível.

Gráfico 6 Em caso afirmativo, nos últimos 12 meses, quais cursos foram oferecidos pela sua instituição?



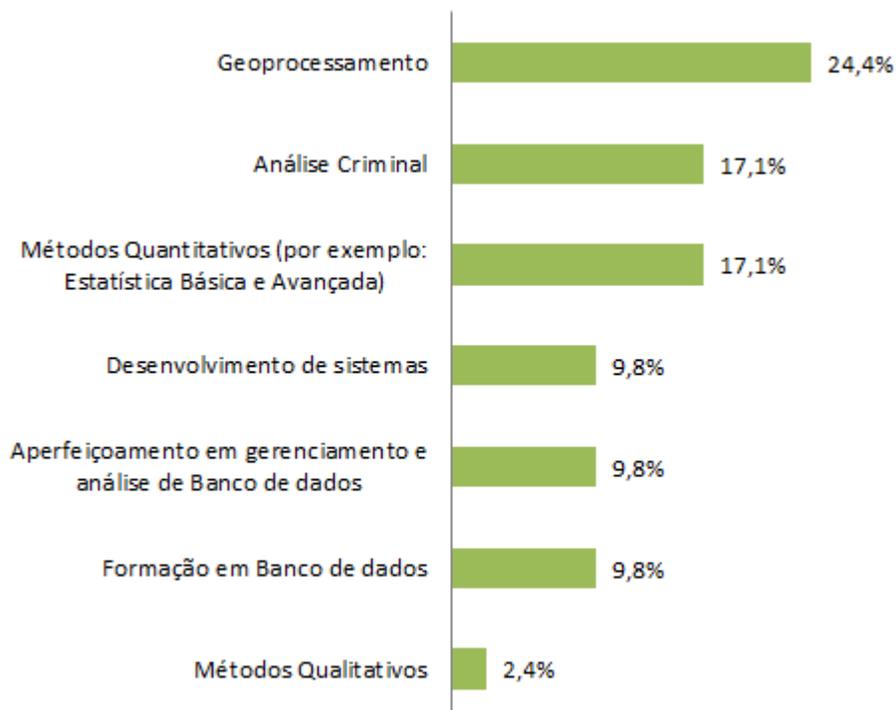
Não é por falta de interesse dos profissionais do setor que o aperfeiçoamento deixa de ser realizado. Com efeito, a pergunta abaixo indica que em 44% dos setores pesquisados os funcionários fazem cursos de qualificação por conta própria, o que é um indicativo de que existe demanda e que se mais cursos forem ofertados isto se reverterá em melhorias para o setor. Nas secretarias a taxa atinge 65%. Novamente aqui, a Senasp pode contribuir tanto com a produção dos cursos quanto com o financiamento para a realização de inúmeros cursos já existentes, que os analistas podem escolher no mercado desde que contem com recursos para isto.

Gráfico 7 Há iniciativa dos funcionários em custear cursos de qualificação por conta própria?



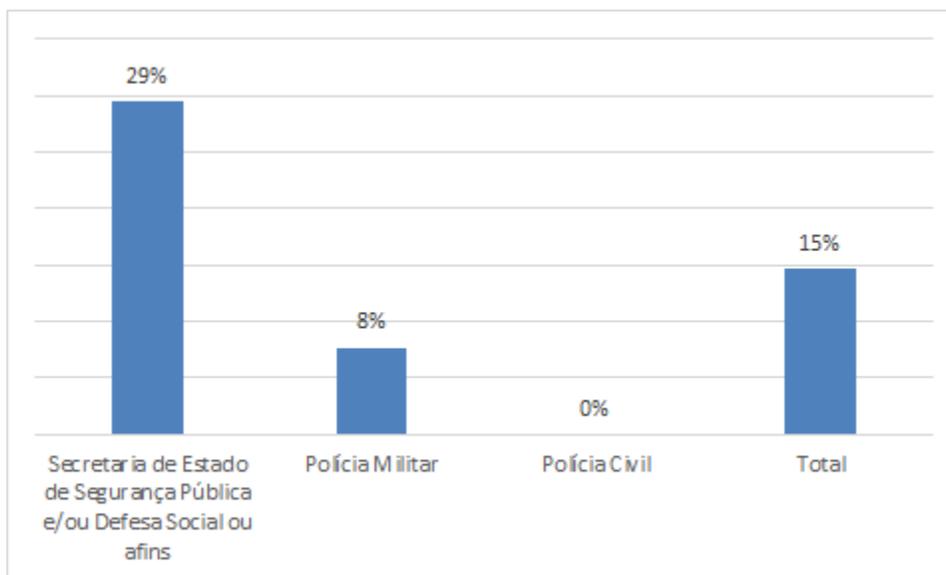
A lista abaixo, de cursos realizados com recursos próprios, revela o tipo de formação demandada pelos profissionais. A lista é bastante similar à lista dos cursos oferecidos pelas instituições. A maior parte dos cursos realizados estão alocados em áreas específicas da atividade de produção e análise de informação, em oposição aos de tecnologia da informação que tiveram menor procura. Por um lado, serviços de TI podem ser oferecidos ao departamento por áreas de apoio da instituição de modo que a equipe possa se dedicar à análise de informação propriamente dita. Por outro lado, garantir que haja atendimento pleno à demanda do setor é um elemento fundamental para a produção da informação. Em situações em que o estado pretende desenvolver seu próprio sistema de informação, a equipe pode optar por profissionais de TI alocados em seu próprio departamento.

Gráfico 8 Em caso afirmativo, nos últimos 12 meses, quais cursos foram realizados pelos membros da equipe, com recursos próprios?



Casos de remuneração adicional para trabalhar no setor de produção da informação são um reflexo da ligação do setor com os gabinetes superiores. Nesses casos é comum o recebimento de gratificações, pois o trabalho pode exigir: dedicação fora dos horários convencionais; uma apresentação, às vezes, mais apurada; o aprendizado, como vimos, de novas habilidades; uma afinidade com o projeto da gestão; etc. Trata-se de uma forma de atrair profissionais, embora, regra geral, as gratificações de gabinete sejam bastante simbólicas. A maior parte dos setores (85,4%), no entanto, não prevê remuneração adicional para o exercício das funções.

Gráfico 9 Há alguma remuneração adicional prevista para trabalhar neste setor?

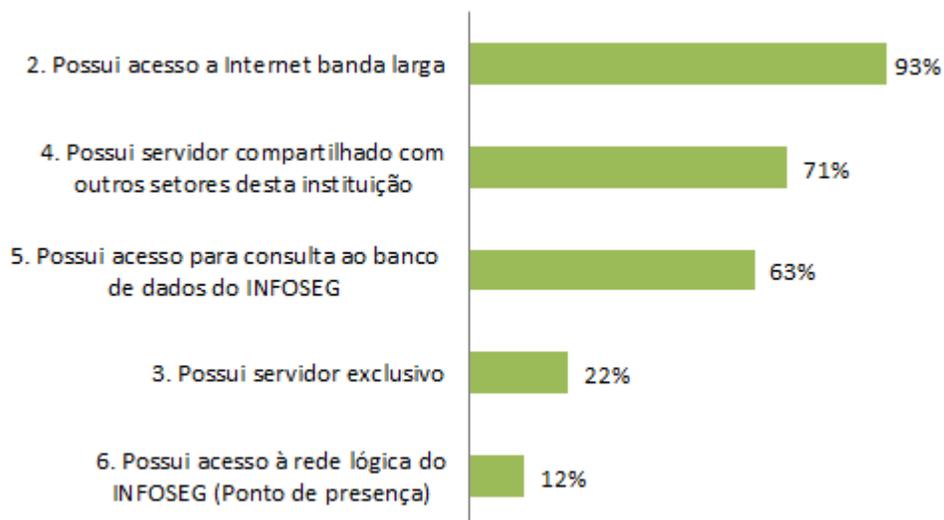


3.3 INFRAESTRUTURA

Infraestrutura é outra área onde a Senasp pode contribuir para o aperfeiçoamento da produção de informações. Como apontado, por um lado, trata-se de um setor bastante atípico dentro das polícias, que não demanda viaturas, coletes e armas, por outro lado, demanda computadores, impressoras *plotters*, *softwares* diferentes, internet banda larga, livros, desenvolvimento de sistemas específicos, *datashow*, acesso a dados externos, etc.

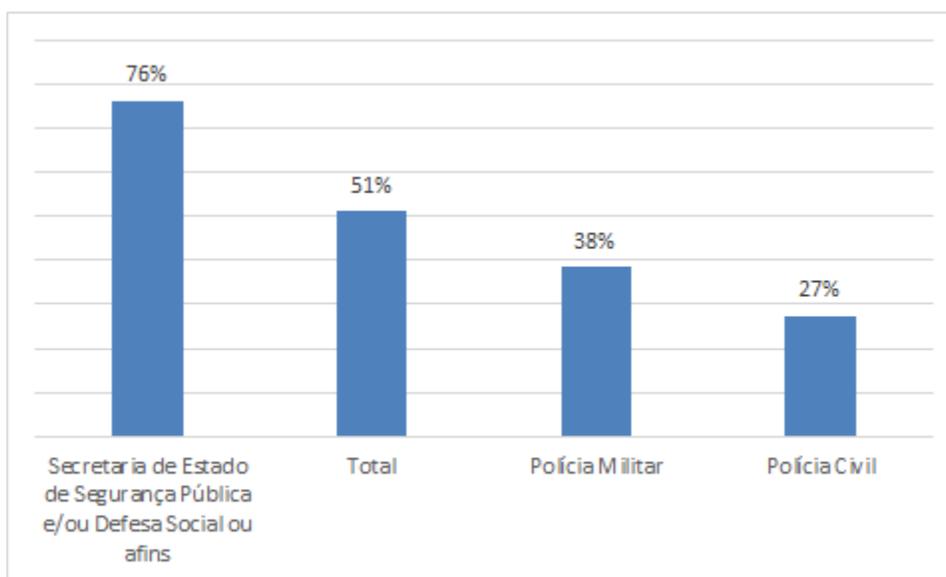
Existe alguma uniformidade em termos de necessidades do setor, de modo que seria até possível a elaboração, pela Senasp, de uma espécie de “*kit*” básico de infraestrutura para o setor de produção de informações, principalmente no que diz respeito a equipamentos de informática e licenças de *softwares*. Chama a atenção nas respostas abaixo, por exemplo, que apenas 22% dos setores tenham um servidor próprio e que, na maioria das vezes, compartilhem o servidor com outras instituições. Estamos falando aqui da aquisição de 27 servidores, algo que pode ser financiado com facilidade pelo Fundo Nacional de Segurança Pública - acompanhado, obviamente, de *softwares* e treinamento necessários.

Gráfico 10 Marque as opções abaixo que se aplicam a este setor:



Quase metade dos órgãos disse não contar com uma base cartográfica georreferenciada, o que é surpreendente, uma vez que mapas são matérias-primas básicas para a análise criminal. Por outro lado, essas bases estão disponíveis em 76% das Secretarias e 51% das PMs. Cabe avaliar o quanto é necessário esse tipo de recurso estar presente em cada uma das instituições ou se deveria estar concentrado nas Secretarias. Essa decisão precisa ser avaliada em função de dois fatores: os recursos disponíveis para a política de segurança pública na UF em questão e o perfil de suas instituições policiais. Quanto mais fechada em si mesma a instituição, menores as chances de sucesso no compartilhamento de um recurso tão estratégico quanto a informação. Outro fator a ser levado em conta é que alguma ferramenta de análise criminal deveria estar disponível na ponta, dado que no Brasil as unidades federativas são imensas e comportam um grande número de municípios. Regiões de um estado ou mesmo dentro de uma megalópole precisam contar com um unidades de planejamento operacional que disponham de informação georreferenciada. Esse ponto será discutido em maior profundidade na próxima sessão.

Gráfico 11 O setor possui alguma base cartográfica georreferenciada?



3.4. ATIVIDADES

As atividades dos setores de produção de dados nas polícias são bastante parecidas em todo mundo. Isto decorre da uniformidade das atividades de policiamento, também muito parecidas em todos os países ocidentais: manutenção da ordem pública e prevenção e investigação de crimes, através de um ramo uniformizado e ostensivo e outro não uniformizado e investigativo.

Os modelos são também bastante influenciados por alguns departamentos de polícia reproduzidos mundo afora, como o Departamento de Polícia de Nova Iorque, seus sistemas de informação (Compstat) e procedimentos de análise. No Brasil, como apontado, por seu pioneirismo e escala, a Coordenadoria de Análise e Planejamento - CAP em São Paulo e o Instituto de Segurança Pública - ISP do Rio de Janeiro, parecem ter inspirado a criação de órgãos congêneres nos demais Estados.

Assim, quase todos os setores fazem a coleta e sistematização de dados (90%), análises estatísticas (88%), e apoio ao planejamento operacional (85%). Gerenciamento de bases de dados e produção de mapas são também atividades comuns. É curioso observar que 24% dos entrevistados afirmam que o setor faz cursos de capacitação, o que não é *a priori* função dos setores de estatística. Seria interessante aprofundar do que se trata em pesquisas posteriores.

Observe-se ainda que cerca de 20% dos setores disseram lidar com suporte e desenvolvimento de sistemas. Em São Paulo, o setor de TI da Secretaria nasceu dentro do setor de estatística e posteriormente se tornou independente. Esta mescla do setor de estatística e produção de dados com o setor de TI é bastante comum, pois cada vez mais as informações analisadas são oriundas de sistemas desenvolvidos *in loco* ou geridos pelo setor de TI. De todo modo, os dois setores tendem a trabalhar bastante próximos, o que deve ser levado em conta para pensar de modo amplo a produção de informações dentro da instituição.

As atividades dos setores explica por que eles se ligam diretamente aos gabinetes: o setor ajuda a planejar macropolíticas de segurança pública, produz informações sensíveis para a assessoria de imprensa, faz interpretações de tendências criminais, entre outras atividades.

Gráfico 12 Quais são as atividades desenvolvidas por este setor:



As polícias estaduais são instituições gigantescas, envolvendo milhares de policiais espalhados por centenas de distritos e companhias. Para fins operacionais, estas unidades precisam de informações muito desagregadas, simples e frequentes, do tipo: que tipo de crime ocorre, onde e quando.

É quase impossível que um órgão central localizado no gabinete superior da instituição com um número reduzido de funcionários consiga produzir este volume de informações com a agilidade necessária. Para este tipo de relatório operacional existe sempre algum responsável na companhia e distrito, que extrai estas informações de algum sistema central ou local de fácil manuseio.

O órgão de produção de dados central, quase sempre, tem por função fornecer as ferramentas (sistemas, bases, etc.) para que as unidades policiais consigam fazer suas próprias pesquisas de cunho operacional, de forma descentralizada, com a frequência e desagregação de interesse para o trabalho local. Um exemplo conhecido é o RDO (Registro Digital de Ocorrências) e o Infocrim de São Paulo, criado no âmbito do gabinete da SSP, ele centraliza informações das duas polícias. O setor de produção de informações, junto com a Prodesp, gere a base de dados, cria os campos e consultas padronizadas, georreferencia os endereços, adquire e atualiza as bases cartográficas, pensa nos módulos do sistema, cuida da rede de transmissão, instala o programa nas unidades locais, gerencia as senhas de acesso, zela pela qualidade das informações e assim por diante. Ou seja, faz a ferramenta, não as análises. As milhares de consultas diárias são montadas pelos policiais nos seus locais de trabalho, com os critérios de seu interesse.

Este órgão central de produção de informações raramente faz investigação de casos particulares ou relatórios muito operacionais. Regra geral dedica-se a estudos de natureza mais tática ou estratégica, trabalhando com grande volume de dados, analisando períodos maiores de tempo em níveis maiores de agregação territorial. Ele não é o responsável pelos levantamentos do dia a dia mas tampouco é uma Universidade, pois o objetivo é produzir informações para subsidiar políticas públicas, avaliar intervenções e não produzir teses criminológicas. Em alguns casos existe um intercâmbio com as universidades locais para a realização de projetos acadêmicos, capaz de analisar os dados com técnicas estatísticas mais sofisticadas. Idealmente, ele fica numa espécie de posição intermediária, acima das milhares de consultas operacionais padronizadas do dia a dia e abaixo dos estudos acadêmicos de longo prazo e mais rigorosos.

O órgão central frequentemente faz também a intermediação entre a pasta e os setores da sociedade que demandam informações da secretaria de forma agregada, como universidades, ONGs, centros de pesquisa e meios de comunicação. Quanto menos informações são disponibilizadas nos *sites* das secretarias para o consumo externo, maior é a demanda para que o setor atenda a estas solicitações. A tendência é tornar as informações mais transparentes, disponibilizando ferramentas e dados para que os interessados façam suas próprias consultas.

A periodicidade da elaboração e divulgação de relatórios e dados produzidos pelo setor indica o grau de institucionalização das atividades do órgão. O gráfico abaixo destaca a relação entre atividades periódicas e aquelas realizadas pontualmente quando solicitadas. Dentre os 41 setores que responderam ao levantamento, no que diz respeito à divulgação de dados, 87,8% publicam periodicamente os dados para a sua instituição; ao passo que, para a comunidade, a divulgação periódica é feita por 53,6% (24,4% não realizam divulgação).

Parte significativa dos setores produz com regularidade relatórios sobre temas específicos (75,6%) e contendo informações sobre dia, hora e local das principais ocorrências (63,4%). Pouco mais da metade também elabora periodicamente mapas com a localização das ocorrências (todavia, vale destacar que 26,8% não produz este tipo de relatório com localização georreferenciada).

Gráfico 13 Produção de relatórios no setor

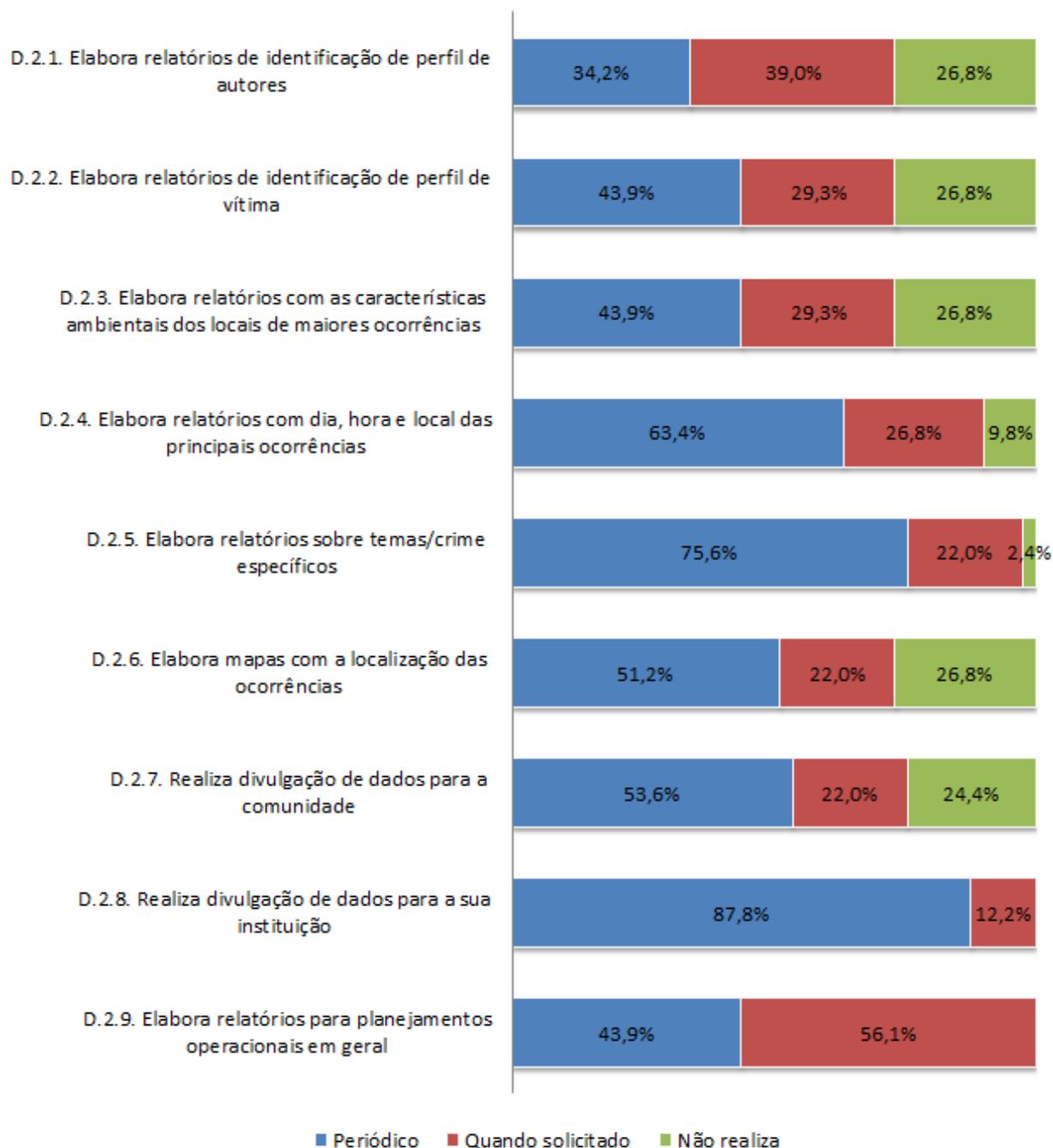
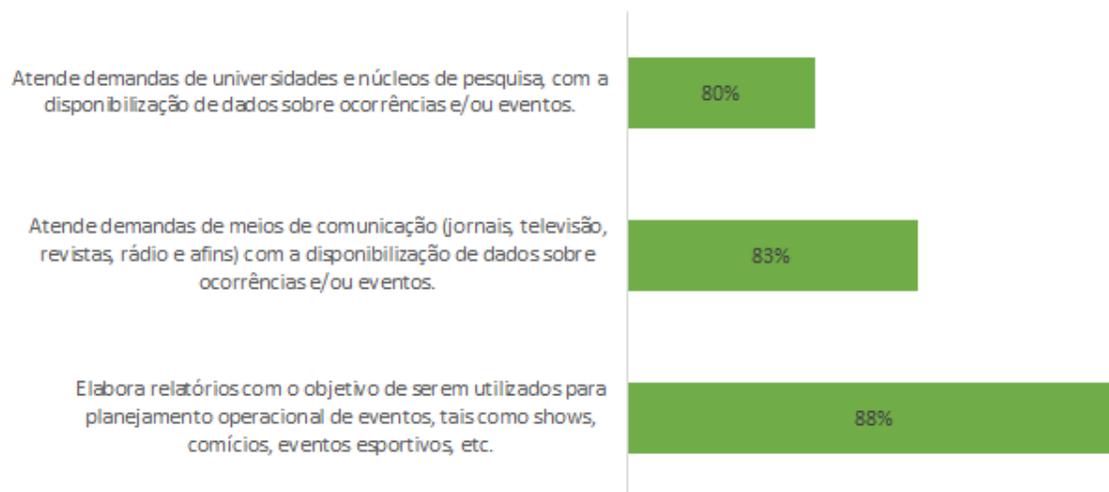


Gráfico 14 Outras atividades do setor



Os setores realizam outras produções periódicas com temas específicos. Destacam-se, nesse sentido, os relatórios e mapas relativos a acidentes e operações de trânsito; a alimentação do SINESPJC; a elaboração de dados para o Judiciário e Ministério Público; o acompanhamento da produtividade das instituições de segurança; entre outros.

O gráfico abaixo expõe os principais entraves para a produção de melhores análises. Por um lado, existem itens alinhavados que não permitem muitas intervenções por parte da Senasp, como “falta de cultura institucional na utilização dos dados”, indicado como dificuldade por 59% dos setores respondentes, ou “qualidade da base”, maior dificuldade (85%). Por outro lado, é possível auxiliar os setores no que diz respeito a recursos tecnológicos, capacitação técnica da equipe e manutenção de equipamentos.

Os itens “equipe reduzida” e “excesso de trabalho” dizem mais ou menos a mesma coisa, o melhor aqui seria examinar detalhadamente as demandas e reorientar parte delas.

Com relação ao público interno, os setores não parecem ter fôlego para atender a demandas operacionais específicas, cotidianas, das unidades policiais. Eles devem criar as ferramentas de consulta e disponibilizar as bases e treinamento, de modo a que a análise operacional seja feita na ponta. O setor central, idealmente, deve se dedicar ao planejamento da política estadual de segurança, à avaliação das intervenções e ao diagnóstico das grandes tendências criminais.

Com relação às equipes, trata-se de uma dificuldade comum pois as polícias não realizam concursos para sociólogos, antropólogos, geógrafos, estatísticos, programadores, analistas criminais, etc. Não é raro identificar profissionais com estas formações dentro das polícias e trazê-los para o Gabinete. O problema é que isto gera alguma rotatividade nos quadros, na medida em que os policiais progredem dentro de suas carreiras e são alocados pelas instituições de origem (PM e PC) em outros órgãos e funções. O próprio gestor do órgão, não raramente, é um profissional de fora contratado para um cargo de confiança e que é substituído com as mudanças de governo. Faltam aos setores, possivelmente,

estabilidade de equipe. Isso exige que se realizem repetidos treinamentos, na medida em que os mais experientes vão sendo continuamente substituídos.

Gráfico 15 Indique as maiores dificuldades na produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados



3.5 FLUXO DE REGISTRO DOS DADOS

A análise quantitativa de dados criminais exige que as informações estejam devidamente organizadas em campos estruturados - embora hoje as “*machine learnings*” consigam extrair estatísticas de campos não estruturados. De todo modo, 90% das instituições disseram dispor de formulário estruturado para a coleta das informações, o que facilita a padronização, manutenção de qualidade e análise posterior.

Originalmente, nossos bancos de dados criminais não foram pensados para objetivos criminológicos ou para orientar a gestão. São subproduto do preenchimento cartorial das informações do Boletim de Ocorrência, utilizado mais para o indiciamento individual do que para planejamento operacional ou análises criminológicas. Neste sentido, faltam frequentemente muitas variáveis que seriam interessantes para as polícias pois as bases não foram criadas com estas finalidades: muitas são apenas a cópia digital dos boletins de ocorrência.

Em relação ao formulário de registro de ocorrência, apenas 4 entre os 41 respondentes declararam não ter um estruturado. Em relação ao conteúdo dos formulários de registro, em geral, parecem ser bastante completos para as UFs em relação aos dados de autoria, vítima, local e hora. Porém o mesmo não se aplica a informações contextuais que permitiriam compreender a natureza da ocorrência dos crimes tais como: motivação e relação entre vítima e autor do crime. Embora essas informações possam estar disponíveis em campos de preenchimento aberto - o que permite o conhecimento das mesmas por parte do delegado e demais agentes de aplicação da lei encarregados de investigar os casos -, elas não estão disponíveis em forma sistemática, o que permitiria estudos criminológicos do mais alto valor para as políticas de segurança pública.

O resultado é um ciclo nada virtuoso, no qual, como as informações são pobres, não são utilizadas para investigação nem planejamento e, como não são utilizadas, não existem incentivos para o aperfeiçoamento da coleta.

Gráfico 16 Sua instituição possui um formulário ou boletim de registro estruturado para ocorrências e/ou eventos?

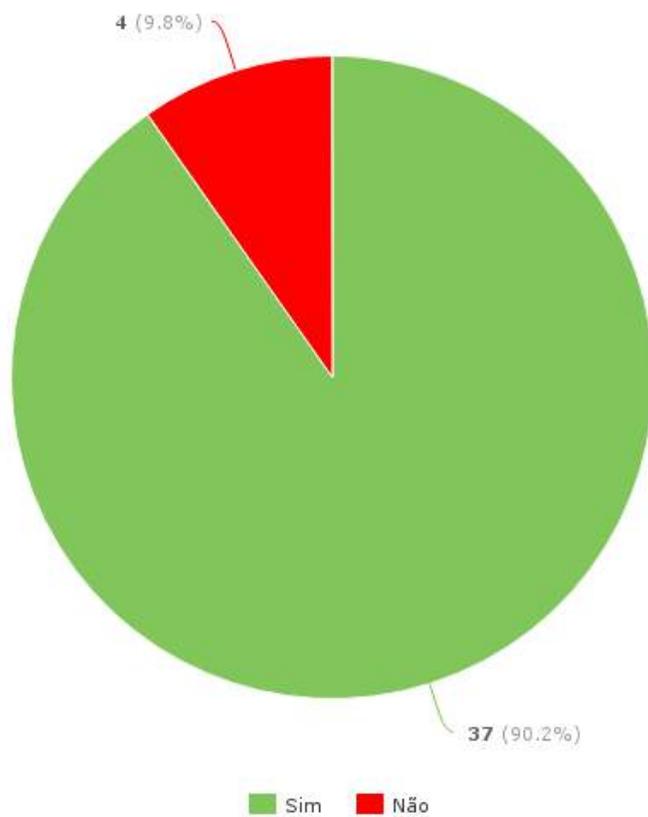


Gráfico 17 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria AUTOR?

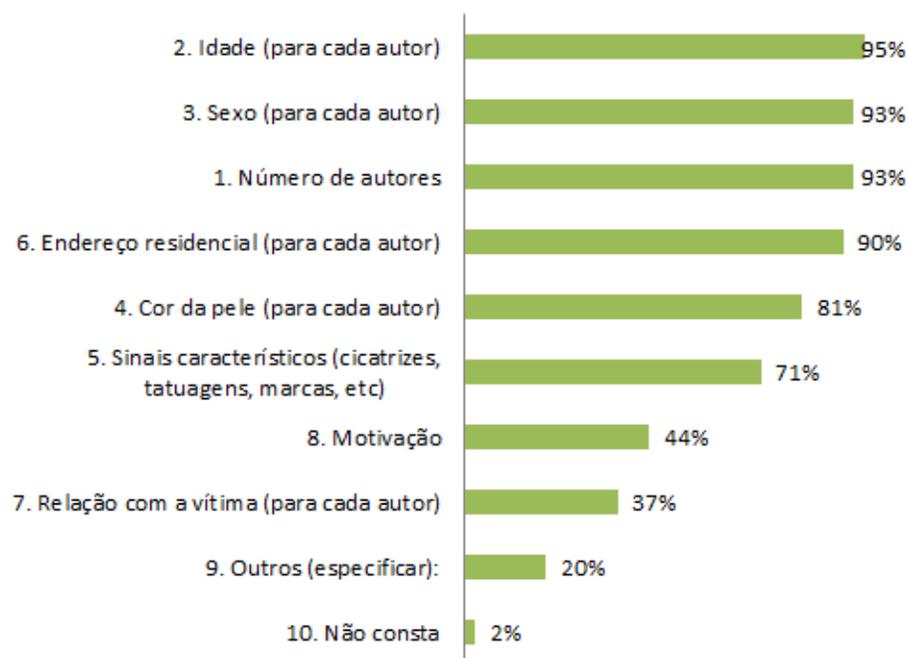


Gráfico 18 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria VÍTIMA?

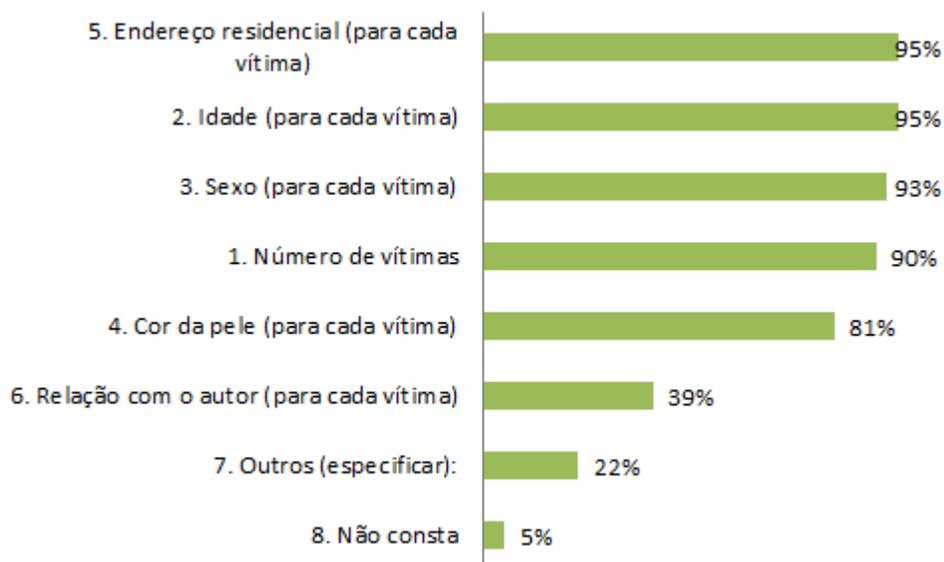


Gráfico 19 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria FATO?

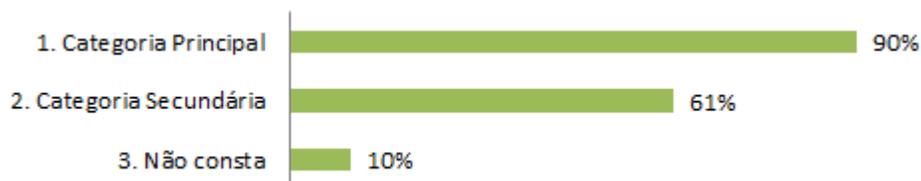


Gráfico 20 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria TESTEMUNHA?

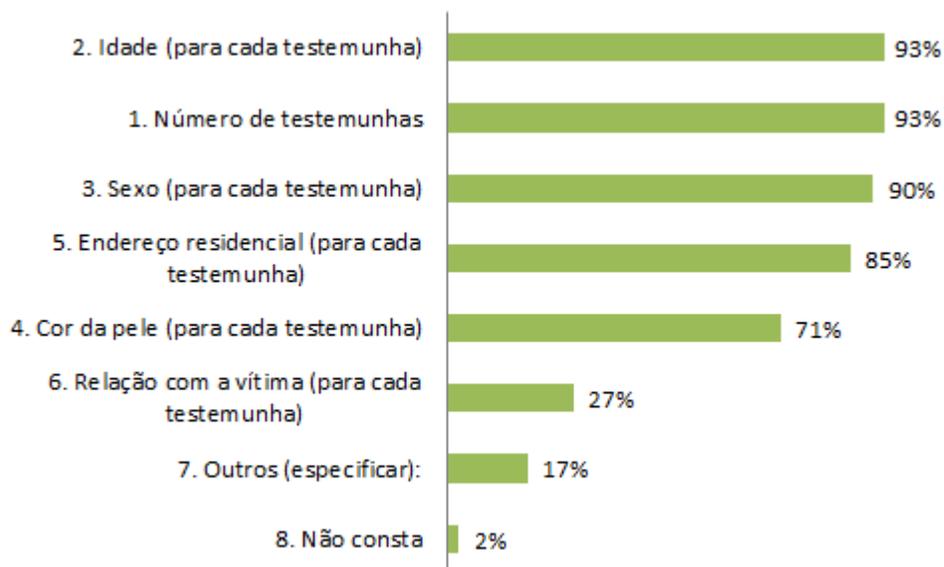


Gráfico 21 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria LOCAL DO FATO?

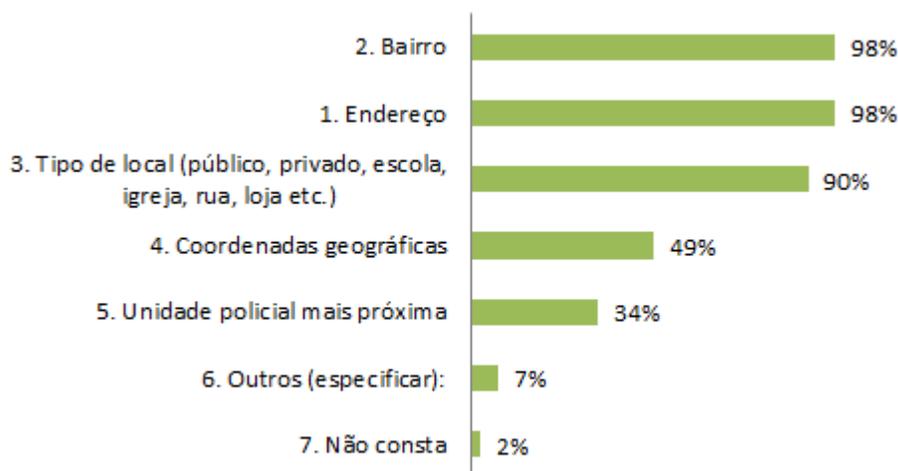


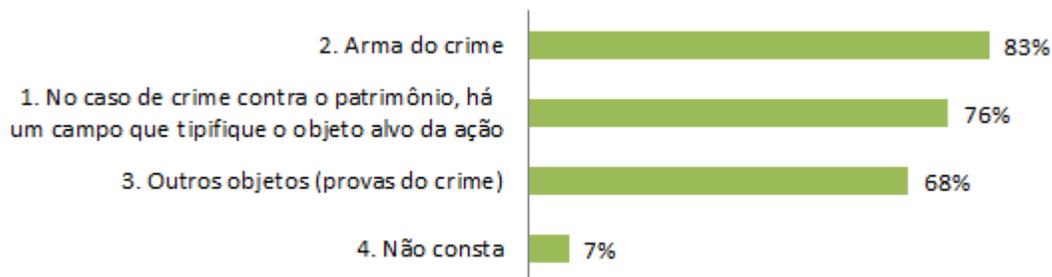
Gráfico 22 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria DATA?



Gráfico 23 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria HORA?



Gráfico 24 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos quais dos campos abaixo estão disponíveis na categoria OBJETOS ARROLADOS?



O meio empregado também é uma informação das mais valiosas para a política pública. Para o caso de homicídios, a saúde fornece dados sobre o meio empregado em agressões que resultam em morte, mas é importante ter essa informação para os diversos tipos de crime. A informação de que 32 respondentes têm em seus formulários um campo para o meio empregado significa que um passo importante na qualidade da informação foi dado. Resta saber a taxa efetiva de preenchimento desse campo e fornecer treinamento e incentivos para obter a adesão dos operadores da ponta.

Gráfico 25 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos há informações disponíveis sobre MEIO EMPREGADO ?

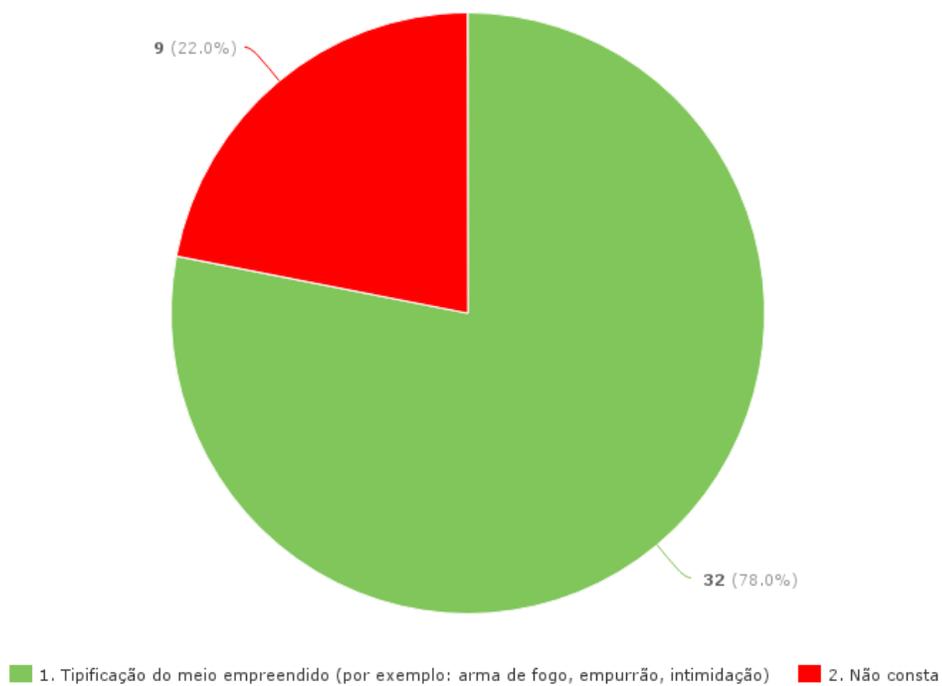
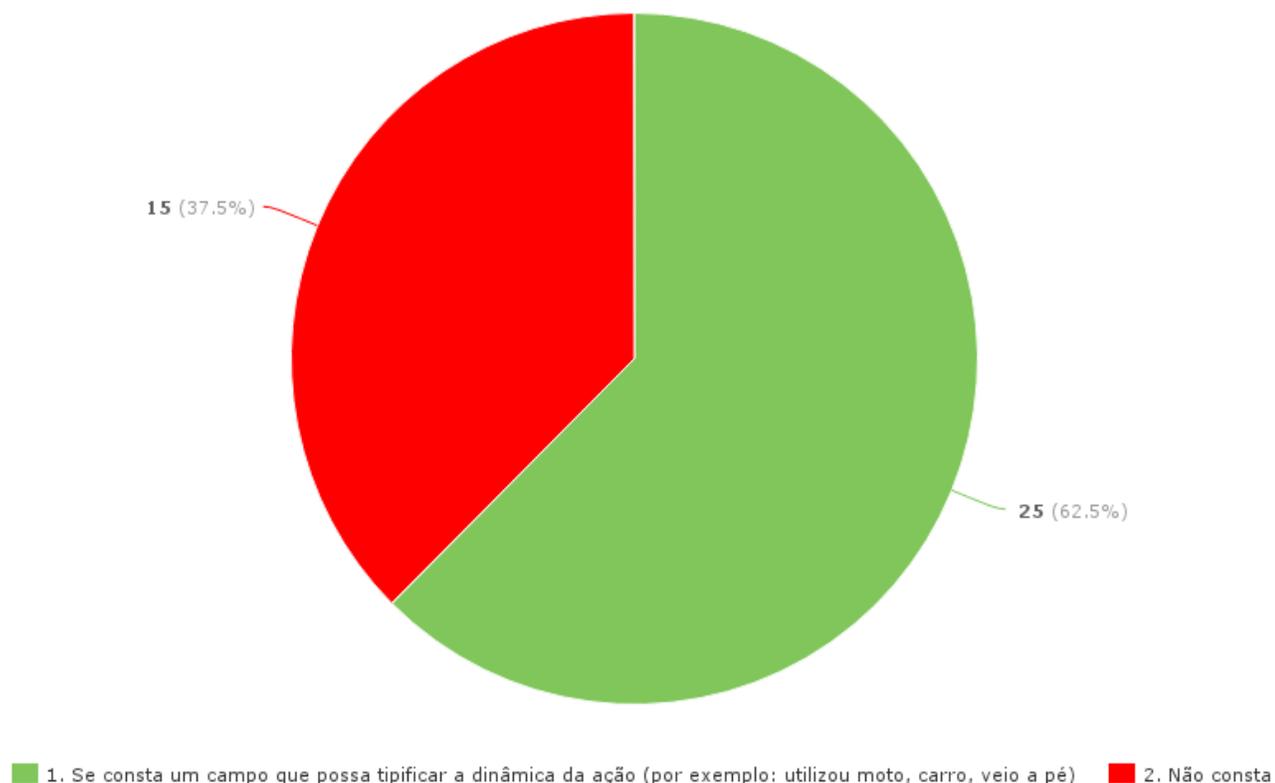


Gráfico 26 Em relação ao formulário ou boletim de registro para ocorrências e/ou eventos há informações disponíveis sobre MEIO EMPREGADO E MODUS OPERANDI?



Outra informação positiva é que 85% dos respondentes afirmaram que as ocorrências são digitadas em sistema próprio. Essa metodologia tem muitas vantagens tais como: diminuir tempo e erros de preenchimento e, em termos de produção da informação, as vantagens podem significar a diferença de meses na produção da informação, inclusive com maior e melhor aproveitamento de recursos humanos. Cerca de 20% dos entrevistados relatam contudo o registro de ocorrências é ainda feito à mão ou máquinas de escrever.

Gráfico 27 Sobre o registro das ocorrências e/ou eventos desta instituição, informe sua forma de preenchimento (marcar quantas forem aplicáveis):

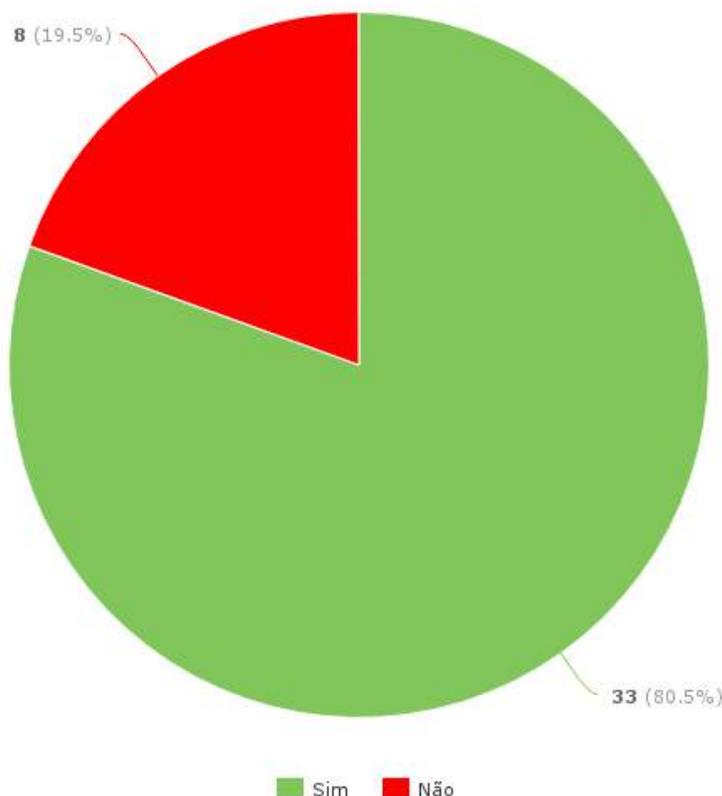


Gráfico 28 Sobre o registro digitados, informe os sistemas/dispositivos utilizados (marque quantas forem aplicáveis):



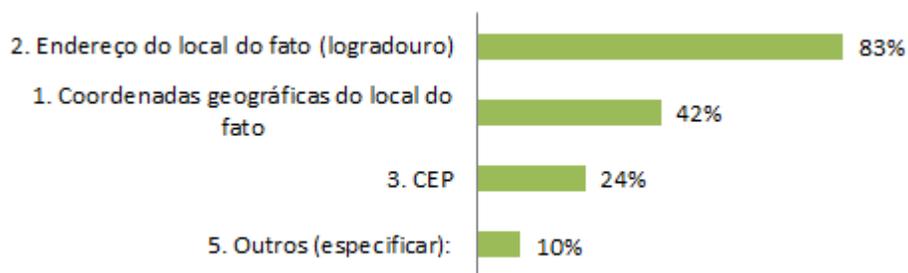
Se campos de localização geográfica - endereço ou bairro - constam da maior parte dos formulários de registro, é preciso saber se esses dados são transportados para as bases estatísticas e aproveitados não apenas na persecução penal, mas também nos estudos criminológicos e planejamento operacional. A boa notícia é que 80% dos respondentes confirmaram que suas bases de dados possuem essas informações indicando que a importância do dado, enquanto informação de análise, conta com amplo consenso na área.

Gráfico 29 A base de dados de ocorrência/eventos possui variáveis (informações como endereço e/ou coordenada ou CEP) que permitam a localização individualizada da ocorrência?



Em relação à forma de registro na base, é possível incrementar a sistemática hoje adotada: 83% dos respondentes informaram que utilizam o logradouro como variável na base de dados. CEP e coordenadas geográficas são informações mais adequadas para o georreferenciamento, enquanto dados de endereço necessitam de tratamento prévio.

Gráfico 30 Qual a variável que você utiliza em sua base de dados para localizar espacialmente uma ocorrência (informações acerca do endereço ou outras informações acerca do local)?



A pesquisa dedicou várias perguntas ao entendimento da coleta dos homicídios, procurando detalhar o que os estados entendem por homicídio e as regras de contagem utilizadas, entre outras características. O objetivo aqui, em parte, é o de investigar as possibilidades de comparabilidade das estatísticas policiais, assunto já tratado em outro relatório do projeto (as perguntas referentes ao registro dos homicídios foram analisadas de forma mais detida e aprofundada no relatório da meta 03, etapa 03).

Basicamente, o que a pesquisa mostra é que existem muitas diferenças entre os estados no que tange às definições e regras adotadas, e que a comparabilidade, mesmo para um indicador claro como homicídio, é bastante precária.

A maioria dos estados produz estatísticas periódicas de homicídios (85%), mas utilizando diferentes procedimentos. Assim, por exemplo, alguns corrigem as classificações temporárias e outras não (22,9%). Alguns acompanham as lesões graves para verificar a eventual transformação em óbito e outros não (45,7%). Alguns constam com procedimentos para evitar a dupla contagem e outros não (8,6%). Uns registram nos homicídios apenas os casos consumados enquanto outros registram também as tentativas (89,2%). Uma parcela registra os homicídios cometidos por crianças e adolescentes como homicídios e outra apenas como atos infracionais (5,7%). As vezes contam-se os números de casos e outras os números de vítimas. Em resumo, como já apontado, falta uma padronização na forma como as estatísticas de homicídio são calculadas, terreno em que Senasp tem procurado intervir para garantir alguma comparabilidade nas estatísticas criminais.

Gráfico 31 Esse estado produz estatísticas periódicas de homicídio (para planejamento interno, divulgação pública, etc.)? Se o estado produzir dados de homicídio apenas para a informação do SINESPJC, responder não e o questionário irá pular para a próxima sessão.

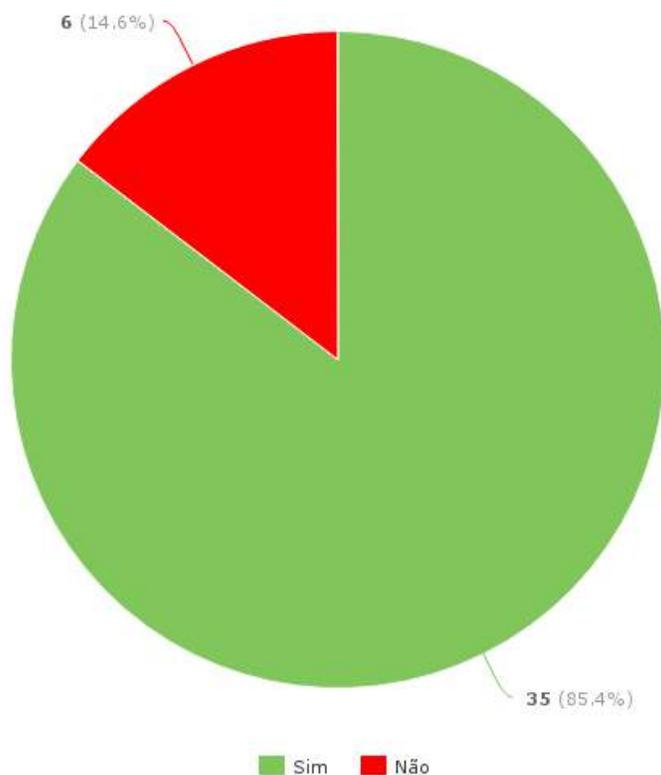


Gráfico 32 Estatísticas de classificação temporária, como morte suspeita, encontro de cadáver, etc. são corrigidas quando investigação posterior conclui que natureza correta é homicídio doloso?

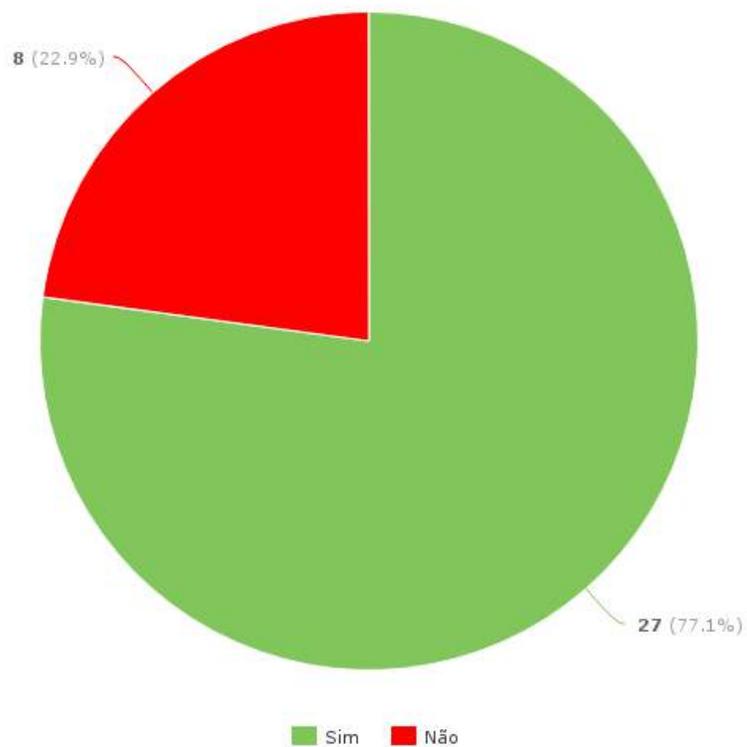


Gráfico 33 Existe acompanhamento hospitalar das vítimas de lesão corporal dolosa grave, por tempo determinado, para verificar o eventual óbito ?

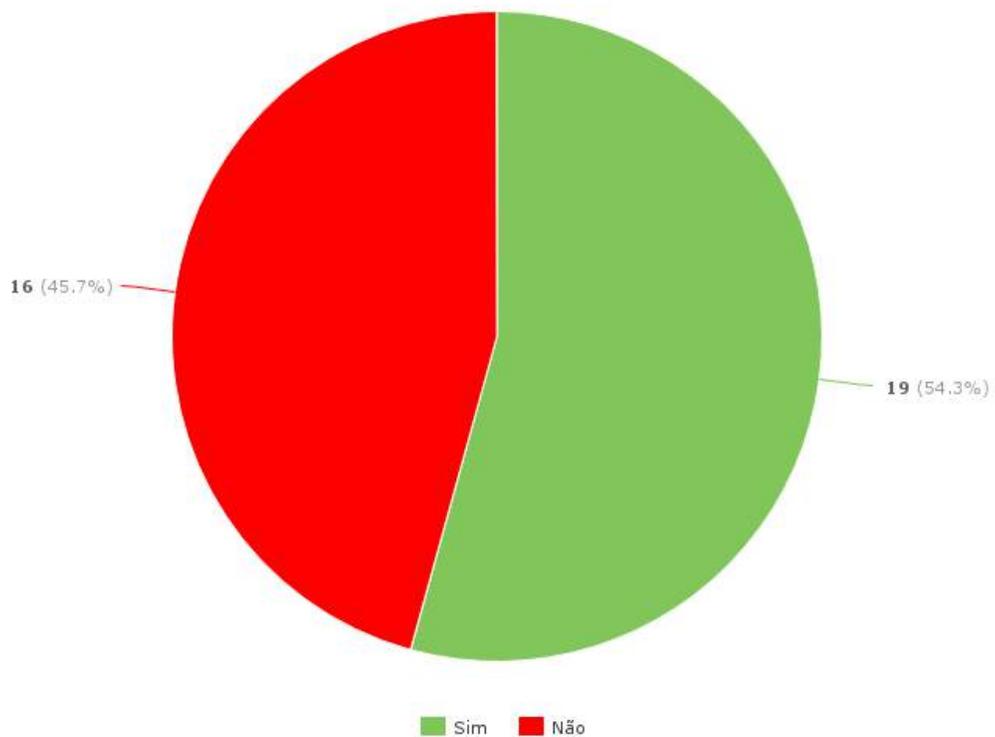


Gráfico 34 Existem procedimentos de checagem para evitar ou impossibilitar a dupla contagem de casos?

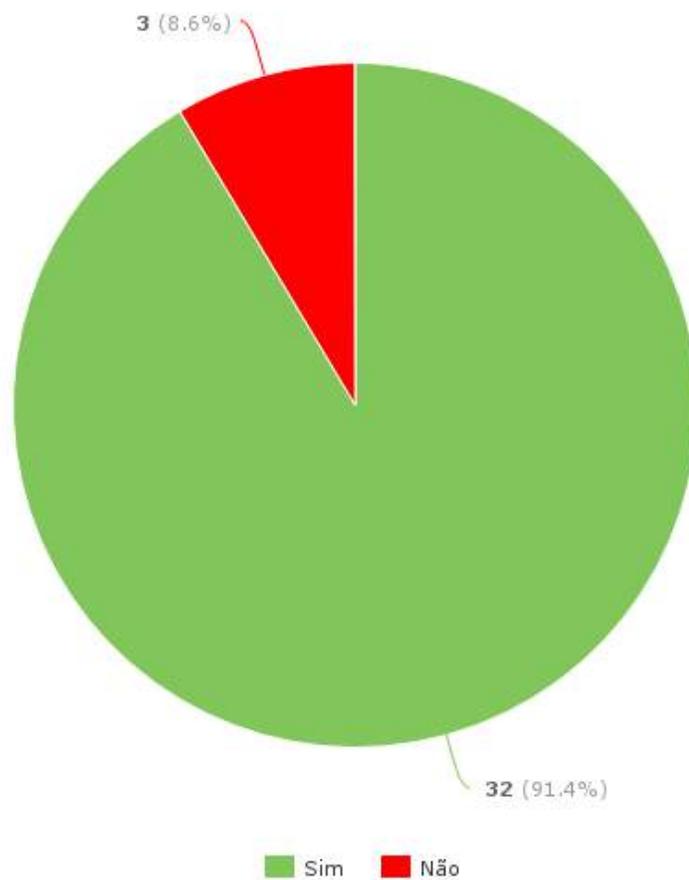


Gráfico 35 Como são contabilizados os homicídios cometidos por crianças e adolescentes?

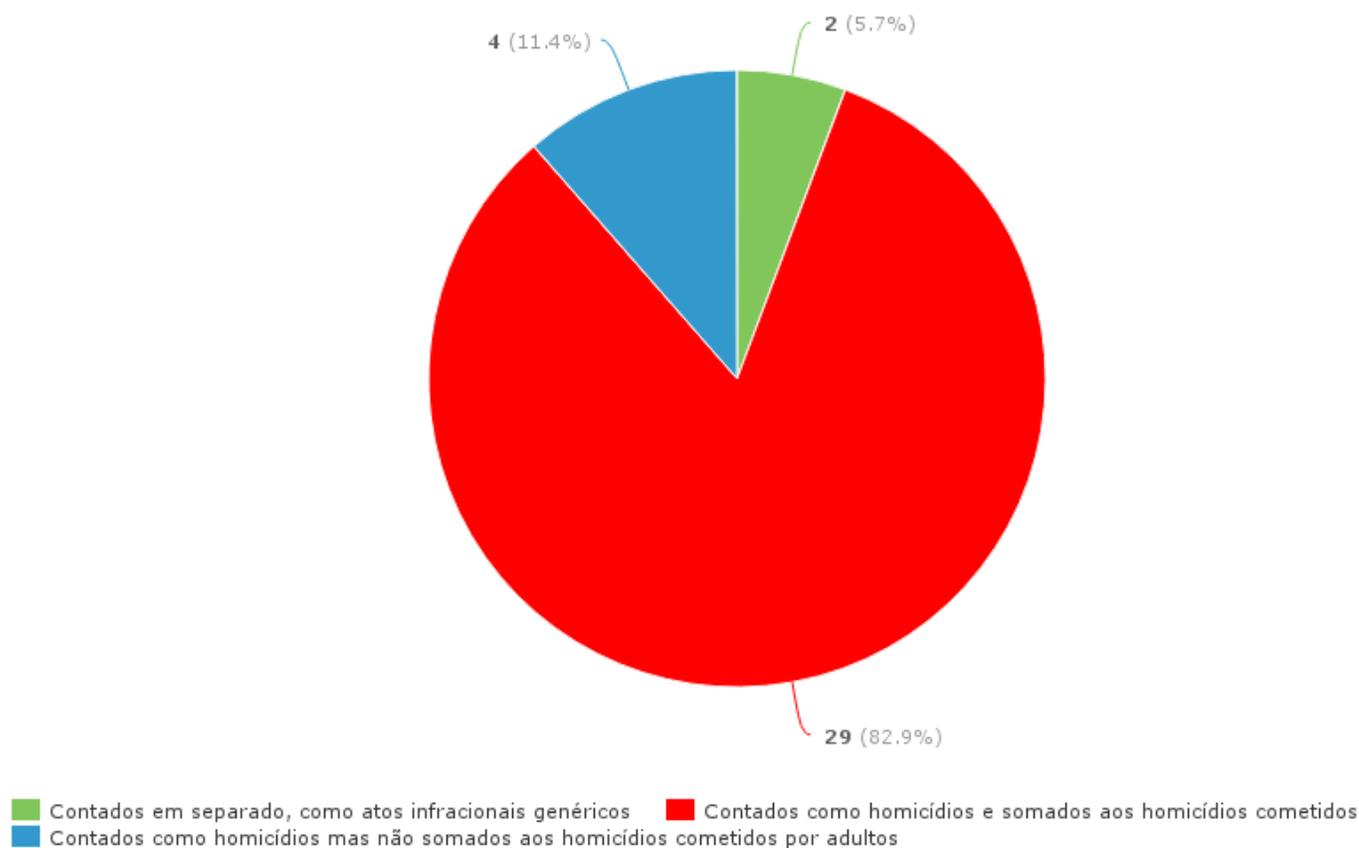
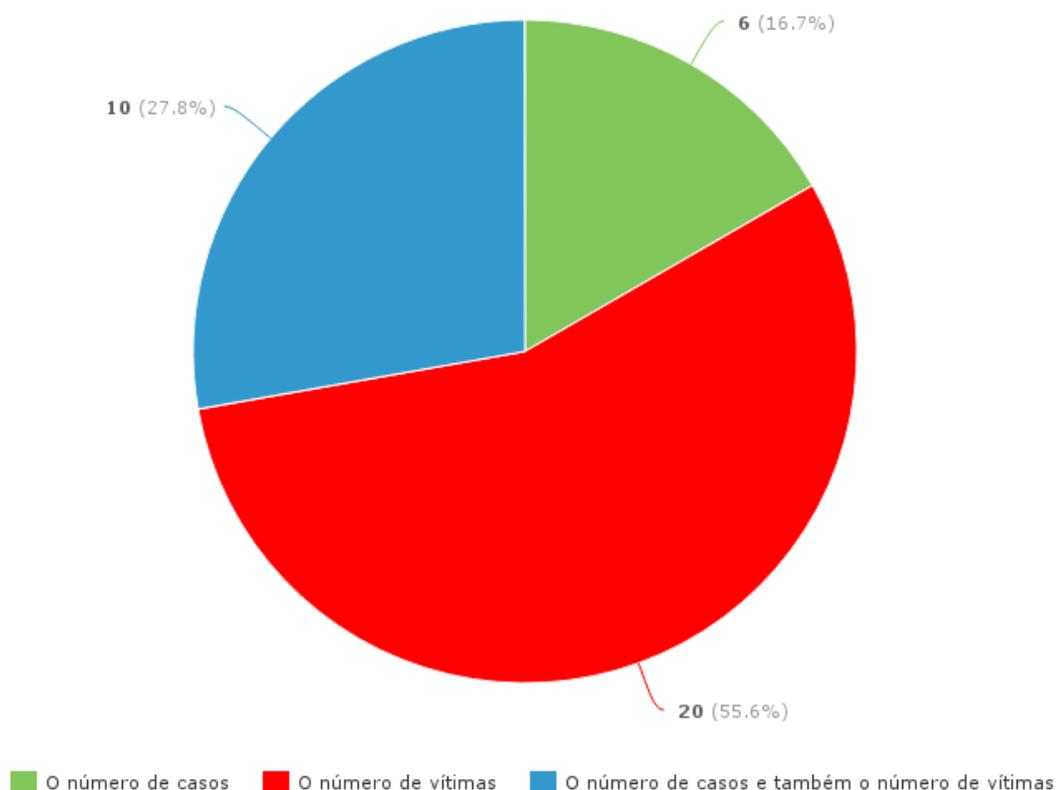


Gráfico 36 A unidade de análise para o caso de homicídio é:

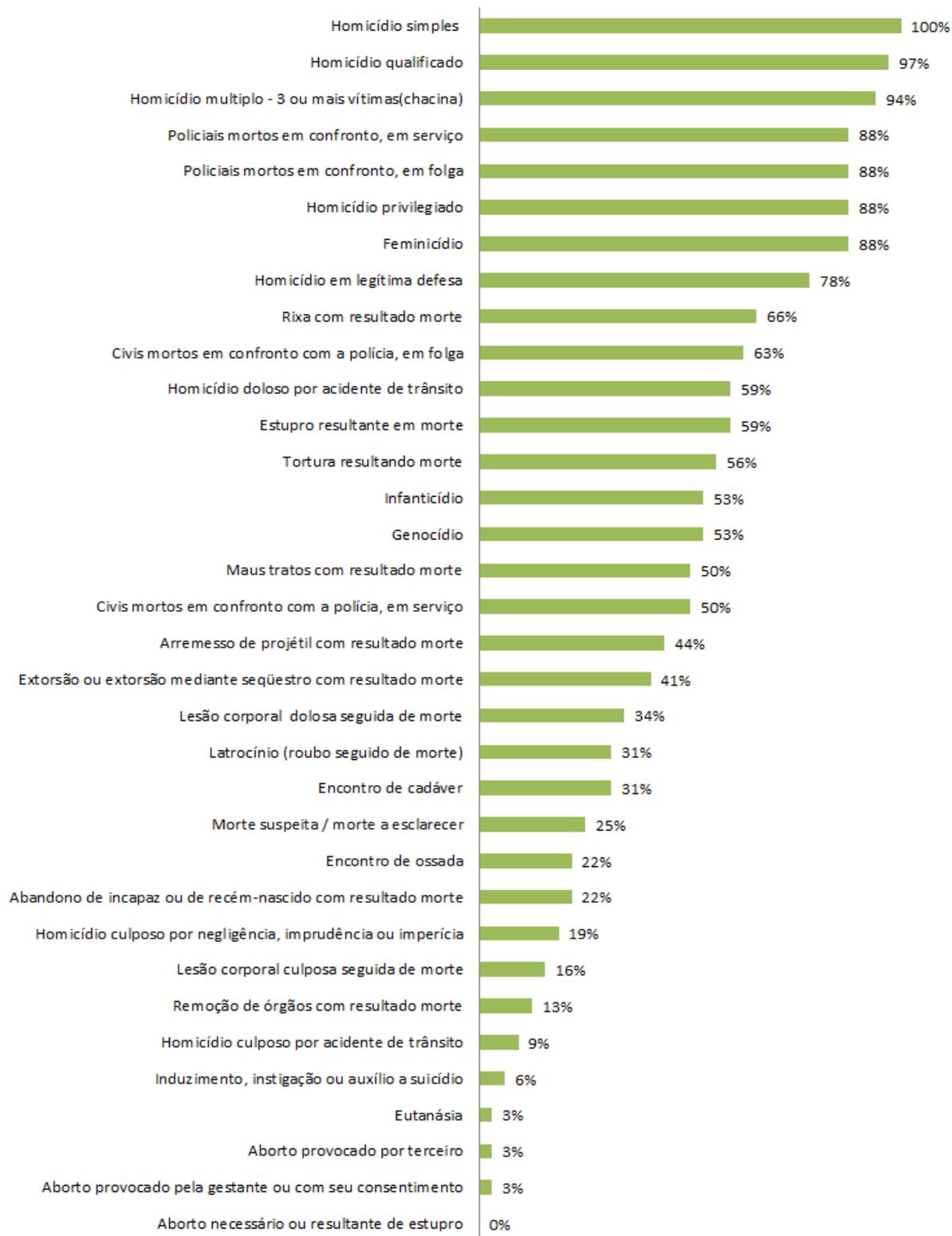


Vimos acima que os estados utilizam diferentes formas de contagem para computar as estatísticas de homicídio. Esta não é a única diferença: como veremos abaixo, não existe uma definição unívoca sobre o que constitui um homicídio, com regras explícitas para inclusão ou exclusão de determinadas categorias criminais. Do universo de 41 respondentes, 32 informaram as diferentes categorias de eventos contabilizados dentro das estatísticas de homicídio doloso, apresentados abaixo. Todos os 17 órgãos vinculados às secretarias preencheram esta seção. Apenas dois setores de Polícia Civil não responderam e, no caso da PM, mais da metade não informou (7 de 13). O único evento contabilizado por todos os setores é “homicídio simples”. A Polícia Militar, por um lado, registra mais eventos de homicídio culposo. A Polícia Civil, por outro lado, registra mais casos de letalidade policial em serviço (“Civis mortos em confronto com a polícia, em serviço”) do que as secretarias.

O dado abaixo pode servir de base para a construção de um consenso nacional sobre o que deve e o que não deve ser computado na estatística de homicídio. O gráfico abaixo indica que este consenso está longe de existir, mesmo quando se trata de computar uma das estatísticas mais usadas pelas polícias para efeitos de comparação e mensuração da violência. Aparentemente elas não estão medindo as mesmas coisas, da mesma forma.³

³ ver sobre o tema o relatório da meta 3, etapa 3, do termo de parceria nº 817052/2015

Gráfico 37 Quais destes eventos são contabilizados dentro das estatísticas de homicídio doloso?



Parece haver uma concordância entre os diversos órgãos sobre o que deve ser computado como homicídio, como mostra a tabela abaixo que desagrega o dado por órgão. Existem algumas discrepâncias mais notáveis: dos 6 setores de estatística da PM, 4 afirmaram registrar como homicídios os casos de homicídio culposo por negligência ou imperícia, em contraste com apenas 2 dos 17 setores estatísticos da PC. Sete dos nove setores ligados a PC contabilizam os mortos em confronto com a polícia em serviço, mas apenas 6 dos setores ligados às SSPs o fazem. Mas, de modo geral, existe uma congruência nos critérios de inclusão.

Tabela 6 Eventos contabilizados como homicídio, por órgão respondente

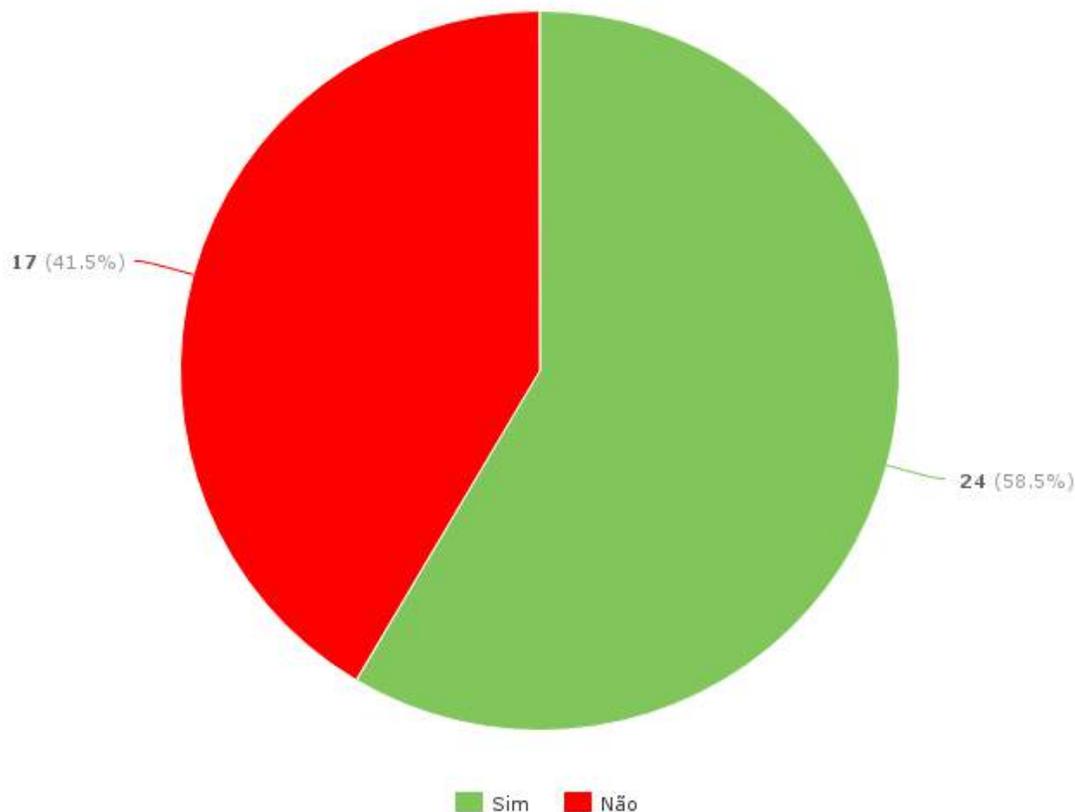
	SSP, Defesa Social ou afins	Polícia Civil	Polícia Militar	Total
Homicídio simples	17	9	6	32
Homicídio qualificado	17	9	5	31
Homicídio múltiplo - 3 ou mais vítimas (chacina)	17	8	5	30
Feminicídio	16	8	4	28
Homicídio privilegiado	16	8	4	28
Policiais mortos em confronto, em folga	14	9	5	28
Policiais mortos em confronto, em serviço	14	9	5	28
Homicídio em legítima defesa	14	8	3	25
Rixa com resultado morte	12	6	3	21
Civis mortos em confronto com a polícia, em folga	9	7	4	20
Estupro resultante em morte	11	5	3	19
Homicídio doloso por acidente de trânsito	9	6	4	19
Tortura resultando morte	10	5	3	18
Genocídio	9	4	4	17
Infanticídio	9	5	3	17
Civis mortos em confronto com a polícia, em serviço	6	7	3	16
Maus tratos com resultado morte	9	4	3	16
Arremesso de projétil com resultado morte	7	4	3	14
Extorsão ou extorsão mediante sequestro com resultado morte	6	3	4	13
Lesão corporal dolosa seguida de morte	4	3	4	11
Encontro de cadáver	5	2	3	10
Latrocínio (roubo seguido de morte)	4	3	3	10
Morte suspeita / morte a esclarecer	3	2	3	8
Abandono de incapaz ou de recém-nascido com resultado morte	3	3	1	7
Encontro de ossada	3	2	2	7
Homicídio culposo por negligência, imprudência ou imperícia	2	0	4	6
Lesão corporal culposa seguida de morte	2	0	3	5

Remoção de órgãos com resultado morte
 Homicídio culposo por acidente de trânsito
 Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio
 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento
 Aborto provocado por terceiro
 Eutanásia
 Aborto necessário ou resultante de estupro

1	0	3	4
1	0	2	3
1	1	0	2
0	1	0	1
0	1	0	1
0	0	0	0

3.6 SINESP

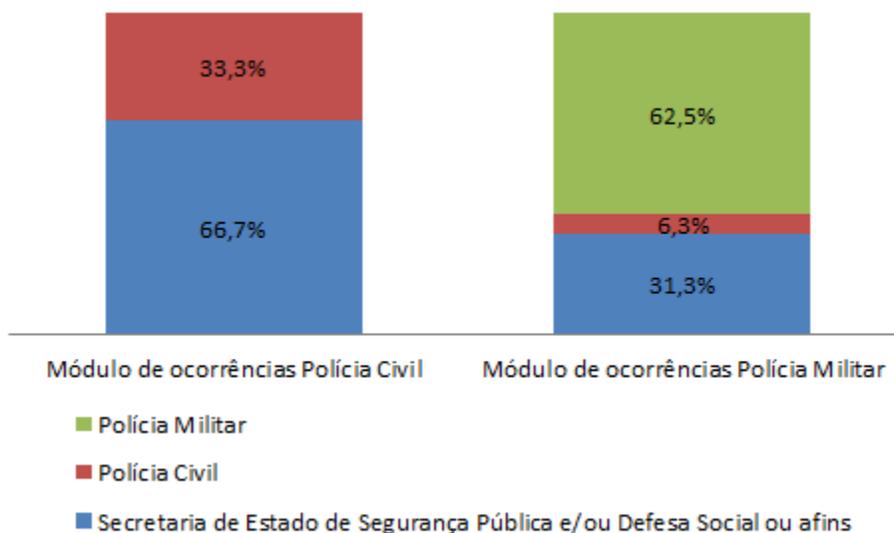
Gráfico 38 Este setor é o responsável por alimentar os dados estatísticos do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça criminal (SINESP/MJ)?



A maioria dos setores respondentes (58,5%) declarou-se responsável pela alimentação dos dados do SINESPJC. Entretanto, um dos setores da Polícia Militar que afirmou não preencher o SINESPJC, informou na questão posterior (vide gráfico a seguir) ser responsável pelo preenchimento do módulo de ocorrências da PM no SINESP. Em função disso, o total de setores respondentes da questão totalizou 25 -

um a mais que o informado anteriormente. Cada uma das organizações policiais se concentra no preenchimento dos respectivos módulos de ocorrência. A única exceção ficou por parte de um setor policial civil, que se declarou respondente do módulo de ocorrências PM.

Gráfico 39 Preenchimento dos módulos de ocorrências Polícia Civil e Polícia Militar, por organização:



O registro de ocorrências envolvendo morte não tem seguido um mesmo padrão de preenchimento pelos setores. Os gráficos apresentados a seguir foram elaborados com apenas 7 respostas. Porém, mesmo com o baixo número de respondentes, não há consenso sobre a forma de registro de latrocínio e letalidade policial. É possível que os respondentes não tenham segurança para responder a essas questões. Se for esse o caso, a Senasp deve trabalhar para tornar o manual de preenchimento do Sinesp mais claro e suas categorias mais bem definidas.

No que diz respeito aos latrocínios, 3 setores registram separadamente a ocorrência de roubo da ocorrência de óbito da vítima, ao passo que 4 não dividem dessa forma. As ocorrências letais de civis em ações policiais são classificadas como “morte em confronto” por quatro setores, “homicídio” por dois e “resistência seguida de morte” por um.

Gráfico 40 Em relação aos registros de ocorrências de Latrocínio, a ocorrência de roubo é registrada separadamente da ocorrência de óbito da vítima?

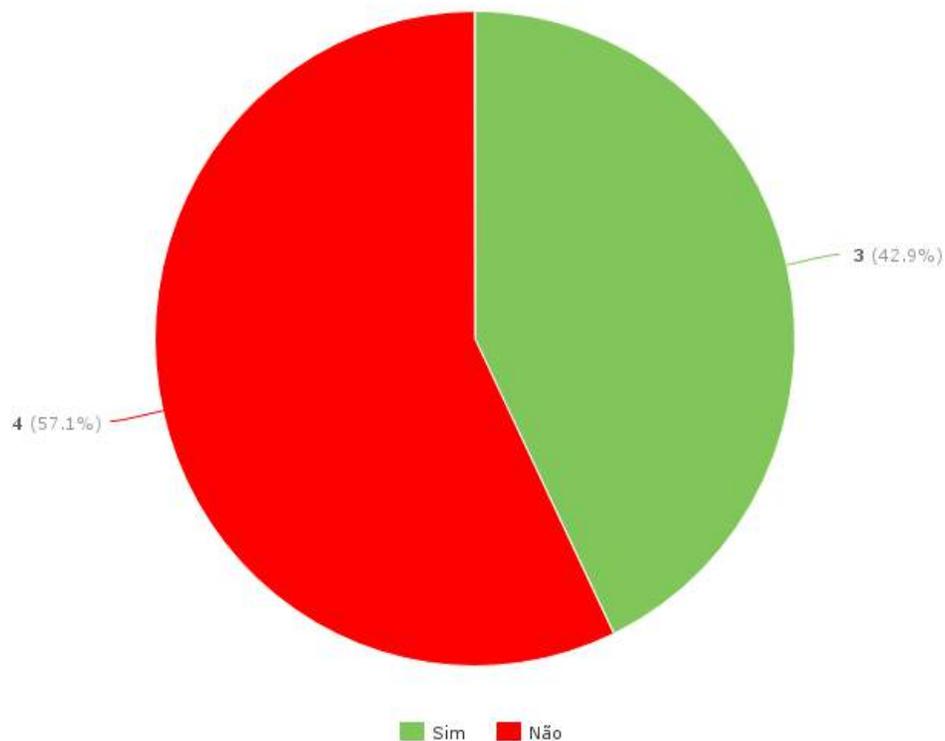
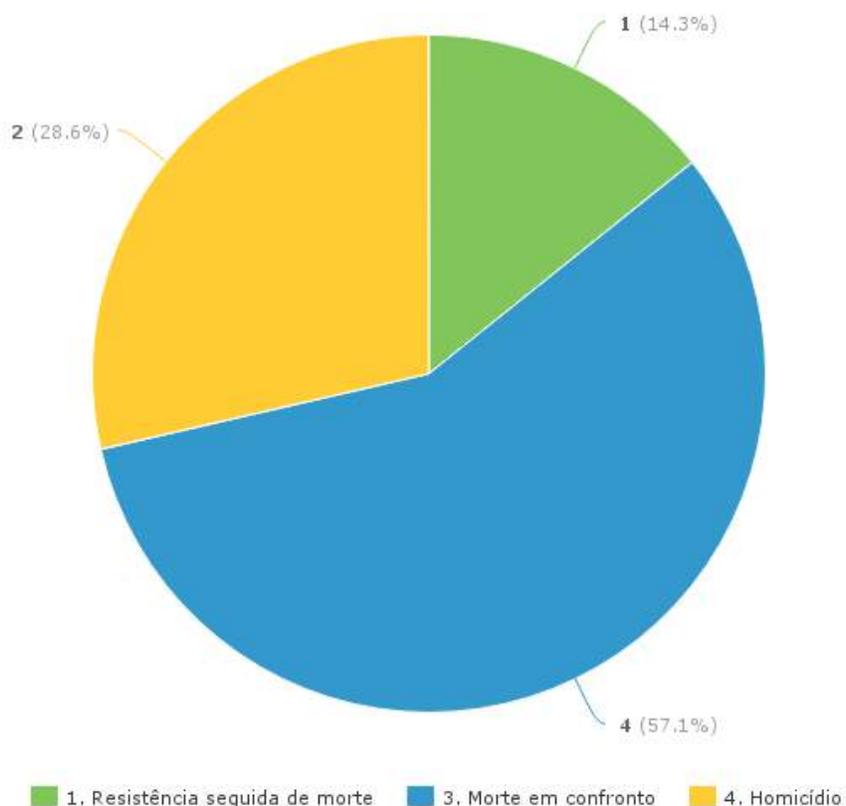


Gráfico 41 Como são classificadas as ocorrências letais (de civis) em ações policiais



3.7 INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

51,2% dos setores possuem parâmetro de criação do número da ocorrência e 70,7% declararam a existência de processos de integração de dados com os demais órgãos do sistema de segurança pública.

Gráfico 42 Existe um parâmetro que orienta a criação do número de registro da ocorrência?

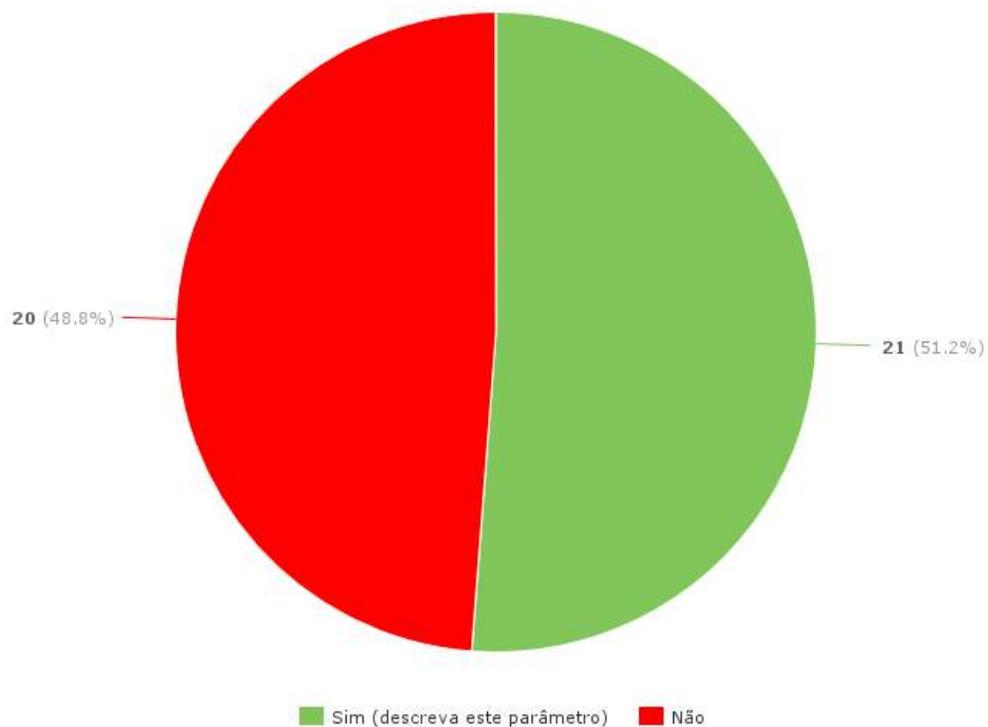
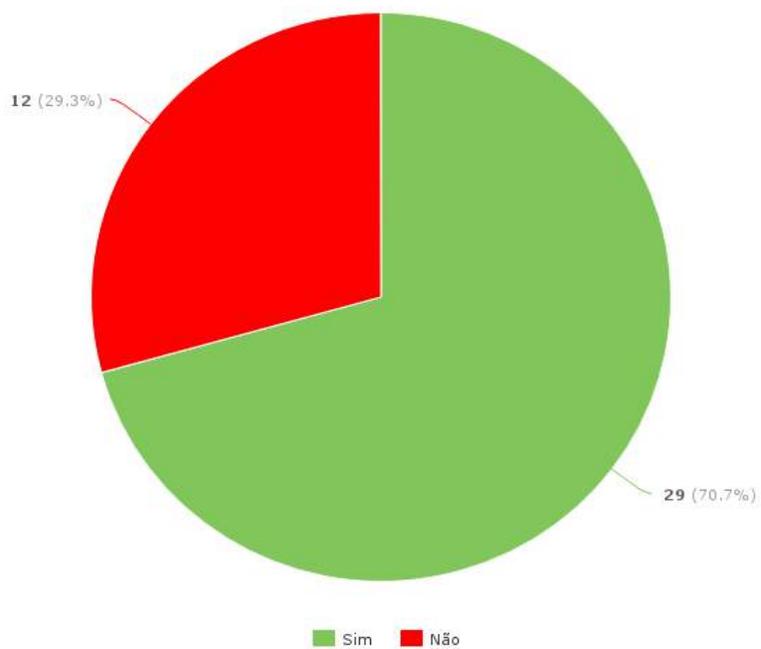


Gráfico 43 Existem processos de integração de dados em operação na instituição com os demais órgãos do sistema de segurança pública?



4. CONCLUSÃO

Informação é a base do trabalho policial, tanto ao nível operacional quanto estratégico. As polícias têm cada vez mais ciência disso e estão avançando progressivamente na coleta, depuração, análise e disseminação de informações, para os públicos internos e externos.

Numa área até hoje permeada pela cultura jurídica, esta percepção da necessidade de atuar com base em evidências empíricas e em estratégias calcadas em dados epidemiológicos só se deu, contudo, tardiamente. De modo que em muitas polícias este processo é recente e incompleto.

Este relatório pretende fazer um diagnóstico descritivo sobre as condições de produção das informações nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública/Defesa Social e, complementarmente, nas polícias civis e militares. Ele aponta para a Secretaria Nacional de Segurança Pública as áreas em que o governo federal poderia intervir no sentido de estimular e aprimorar esta tarefa.

Este apoio federal tem sido dado nas últimas décadas, através da compra de equipamentos, desenvolvimento de sistema, fornecimento de cursos, realização de pesquisas e diversas outras formas. Nota-se, também, a influência de algumas unidades percebidas como “exemplares” - como a Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), de São Paulo, e o Instituto de Segurança Pública (ISP), no Rio de Janeiro - na configuração das unidades de análise criminal dos Estados.

Esta influência federal e a emulação dos modelos de São Paulo e Rio de Janeiro explicam em parte a similaridade da estrutura e funções das unidades de análise. Como a pesquisa evidencia, todas são bastante parecidas, o que também significa que parece existir um entendimento sobre o quê, quem e como atuam estas unidades.